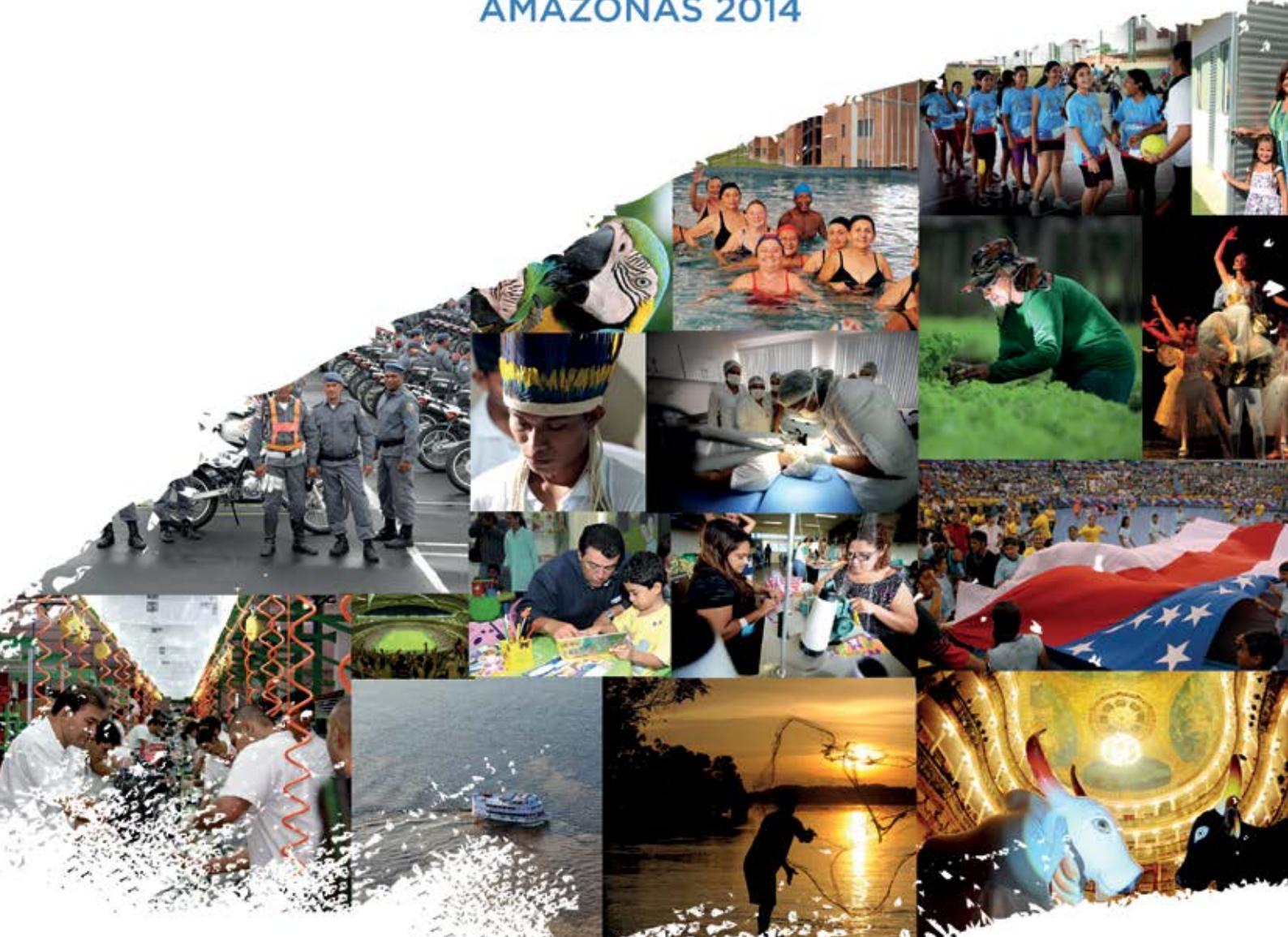


PROGRAMA DE GOVERNO

AMAZONAS 2014



15

EDUARDO
BRAGA GOVERNADOR

REBECCA
GARCIA VICE

Programa de Governo 2014

- A. Apresentação
- B. O que é este documento
- C. Cenário Socioeconômico
- 1. Gestão Pública e Planejamento
- 2. Saúde
- 3. Segurança Pública e Justiça
- 4. Mulher
- 5. Assistência Social
- 6. Educação
- 7. Ciência, Tecnologia e Inovação
- 8. Política Indígena
- 9. Cultura
- 10. Juventude
- 11. Esporte e Lazer
- 12. Meio Ambiente
- 13. Produção Rural
- 14. Infraestrutura, Logística e Turismo
- 15. Habitação

A. APRESENTAÇÃO

Governar um Estado com as características do nosso Amazonas é um grande desafio. Mas ele se torna um pouco menor quando a gente elabora um Programa de Governo de mãos dadas com quem mais entende dos problemas e anseios da população: o próprio povo amazonense. Posso dizer que temos um Programa feito não por duas ou quatro, mas por muitas mãos. Mãos de gente trabalhadora e honesta, que espera por dias melhores e uma vida mais digna.

Tive o privilégio de visitar cada canto do nosso Estado para conversar e, principalmente, ouvir as pessoas. Sempre com muito respeito e humildade. Não medi esforços: andei de carro, de moto, de barco, de avião e continuo caminhando pelas regiões. Porque tenho consciência de que, para fazer um governo eficiente e sintonizado com os problemas que mais afligem a nossa gente, o governante tem que ir aonde o povo está. Tem que estar presente, como sempre estive em todos os meus anos de vida pública.

É desta forma colaborativa que está nascendo um Programa de Governo mais próximo das reais necessidades do povo amazonense. Um programa com novas ideias para um novo futuro. Um futuro no qual os avanços em nosso Estado aconteçam com mais agilidade e menos burocracia. Com mais eficiência e menos desperdício. Com mais trabalho de verdade e menos propaganda. Mas este programa não é uma obra acabada, ainda está em construção.

Fui governador do Amazonas por dois mandatos. Deus me deu esta possibilidade, mas quem me concedeu esta honra foi o nosso povo. Naquele tempo, o Estado deu um grande salto, com importantes avanços.

As diretrizes aqui apresentadas oferecem ao Amazonas a possibilidade de dar um segundo salto, com novas mudanças fundamentais para a retomada do crescimento do Estado e a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Novas mudanças na gestão, na saúde, na segurança, na mobilidade urbana, na educação com geração de trabalho e renda, no cuidado com os jovens, no zelo com o futuro.

Mas a maior mudança, que possibilitará todas as outras, será no jeito de governar. Terei ao meu lado, como vice-governadora, Rebecca Garcia. Rebecca representa não só os anseios da juventude como também a luta pela valorização das mulheres do Amazonas. Juntos, unimos experiência e renovação. Juntos, teremos mais força para fazer uma revolução nos métodos de gestão pública com estabelecimento de metas, fiscalização e avaliação de resultados. A ideia é construir um Estado mais eficiente, mais moderno e com maior capacidade de investimento, servindo melhor o cidadão.

Mais que um compromisso, esse será o nosso dever.



Eduardo Braga

B. O QUE É ESTE DOCUMENTO

Este Programa de Governo é um resumo de ações para melhorar o nosso Estado. São ações para serem implantadas no período de 2015-2018, que promovem o desenvolvimento social, econômico e ambiental no Amazonas. O Programa foi elaborado por equipes técnicas especializadas em cada setor.

Contamos com a colaboração de professores, mestres e doutores das universidades Federal e Estadual e de institutos de pesquisa, com a participação de profissionais extremamente qualificados de cada área envolvida e com a dedicação do grupo de trabalho responsável pela coordenação geral deste documento.

Aliado ao conhecimento acadêmico, fomos escutar o povo do Amazonas na capital e no interior. Ao longo dos últimos meses, percorremos todas as calhas do Estado e visitamos quase todos os municípios amazonenses realizando o projeto “O PMDB Ouve Você”.

Nesses eventos, líderes comunitários, representantes de classes e a população em geral apresentaram suas demandas, registraram suas queixas, externaram seus anseios de uma vida melhor. Foi um momento de profundo aprendizado, em que todos nós entramos de cabeça nesta proposta de fazer um Programa de Governo genuinamente feito pelo povo.

Vale lembrar que não se trata de um documento acabado. As propostas encontradas aqui continuarão abertas ao debate e contribuições com os cidadãos amazonenses durante o processo eleitoral e, certamente, serão enriquecidas pela sabedoria de nosso povo, seja em nossas conversas nas ruas, seja por meio do site www.eduardobraga15.com.br

Trabalharemos dia e noite com o objetivo de recolocar nosso Estado nos trilhos, com uma gestão moderna da máquina pública, baseada no estabelecimento de metas e com o compromisso de gerar resultados que beneficiem o cidadão amazonense.

C. CENÁRIO SOCIOECONÔMICO

O Brasil, apesar de avanços nos últimos anos, continua sendo um país permeado pela desigualdade regional. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, oito Estados concentravam 77,8% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional em 2010, a maioria situada no Sul-Sudeste.

São Paulo é responsável pela maior participação percentual no PIB, com 33,1%, seguido do Rio de Janeiro (10,8%), Minas Gerais (9,3%), Rio Grande do Sul (6,7%), Paraná (5,8%), Bahia (4,1%), Santa Catarina (4%) e Distrito Federal (4%).

Porém, constata-se um novo panorama das atividades econômicas. O Norte e o Nordeste aumentaram sua participação no PIB entre 2002 e 2010. No Norte, a participação subiu de 4,7% para 5,3% (aumento de 0,6 ponto percentual) e, no Nordeste, de 13% para 13,5% (alta de 0,5 ponto percentual).

De acordo com o IBGE, o aumento no Norte refletiu o aquecimento da indústria no Amazonas, a valorização dos preços internacionais do minério de ferro exportado pelo Pará, que puxou o crescimento da economia da região, além da agropecuária em Rondônia.

No caso do Amazonas, os dados do IBGE para o período 2002-2010 apontam para uma expressiva expansão do PIB, de R\$ 21,8 bilhões (2002) para R\$ 50,8 bilhões (2010). Em 2010, Manaus ocupava a 6ª posição no ranking dos municípios brasileiros com maior PIB.

O PIB per capita do Amazonas em 2002 era de R\$ 7.253, passando para R\$ 17.173 em 2010, acima da média da Região Norte (R\$ 13.549).

Entre 2002 e 2009, nota-se o aumento da participação do setor de serviços no PIB do Amazonas, passando de 48,6% para 53,4%. Esse crescimento de 4,8 pontos percentuais deveu-se principalmente às atividades do comércio e de prestação de serviços de transporte, comunicações e energia. Porém, o Polo Industrial de Manaus (PIM) continua a ser o grande protagonista da economia amazonense.

O Polo Industrial de Manaus (PIM)

Depois de muita luta, que exigiu uma forte articulação nacional, conseguimos ampliar, em 2004, o prazo constitucional dos incentivos da Zona Franca de Manaus para até 2023. Naquele momento, um novo ânimo foi injetado no Polo Industrial de Manaus (PIM). Ultrapassamos a marca dos 100 mil empregos diretos gerados pelas empresas do PIM. Tivemos um crescimento significativo dos investimentos, do número de empresas, do nível de empregos, dos salários e de todos os outros indicadores.

No nosso governo, também elaboramos e aprovamos a Lei 2.826/2003, que introduziu incentivos fiscais do ICMS, tendo como objetivo a atração de investimentos e de empresas para o Amazonas, aumentando o nível de renda e emprego.

Segundo dados da SUFRAMA, de 2003 a 2010, o PIM apresentou um aumento de 132,8% de sua produção, em reais, obtendo um faturamento da ordem de R\$ 61,8 bilhões em 2010

(em 2013, o faturamento chegou a R\$ 83,3 bilhões). O total de ICMS que o Estado recolheu na indústria, segundo a SEFAZ, saltou 77,8%, passando de R\$ 1,8 bilhão em 2002 para R\$ 3,2 bilhões em 2010.

O nível de investimentos consolidados no PIM mudou de patamar, e tem se multiplicado ano a ano. Em 2002, as empresas do polo juntas mantinham um total de US\$ 2,09 bilhões investidos. Em 2010, o total foi de U\$ 9,28 bilhões (e, em 2013, de US\$ 10,45 bi).

O incremento da atividade industrial se traduziu em benefícios para o trabalhador amazonense. O número total de trabalhadores contratados (incluindo temporários e terceirizados) no período passou de 57.812 para 103.662, um crescimento de 79,3%, ou 45.850 novos empregos. Em 2013, a média mensal de trabalhadores empregados pelo PIM foi de 121.456.

A todas essas conquistas, soma-se a batalha que temos empreendido, no Congresso Nacional, para ampliar a ZFM por mais 50 anos, valendo até 2073. Porém, a prorrogação da validade dos incentivos fiscais, por si só, não é suficiente.

É fundamental elevar a competitividade do Amazonas no cenário econômico nacional e internacional. E este precisa ser o foco do trabalho do Governo do Estado. Hoje, por exemplo, um navio leva 32 dias para embarcar uma carga na China e desembarcá-la na Argentina. O mesmo navio demora 46 dias para fazer o mesmo a partir do Porto de Manaus.

Isso acontece pelo excesso de burocracia somado a uma infraestrutura logística deficiente, não só em Manaus, como em todo o Amazonas. Dois pontos que serão enfrentados com firmeza pelo nosso governo, pois o empresariado não suporta mais um estado lento, burocrático, arcaico e que promove a ineficiência, ao invés da agilidade e otimização dos processos.

Investimento, diversificação e logística

Nos próximos anos, um conjunto de investimentos públicos estaduais e federais será feito em aeroportos, estradas, terminais hidroviários e obras para mobilidade urbana. Esses investimentos deverão dinamizar a economia, tanto pelos recursos investidos quanto pelo uso produtivo dessas estruturas.

Há, também, outro conjunto de investimentos privados, para o período de 2014-2020, relacionados em estudo macroeconômico realizado pelo Banco Itaú em 2013, que sinaliza um crescimento médio da economia amazonense de 25%. Segundo o estudo, estes investimentos somarão R\$ 26,7 bilhões, previstos para aplicação nos setores petroquímico (R\$8,820 bilhões), eletrônicos e bens de informática (R\$5,315 bilhões), químico (R\$ 5,017 bilhões), mineração (R\$ 4,9 bilhões), energia elétrica (R\$ 800 milhões) e outros.

O Amazonas tem grandes reservas de gás natural (11,3% das reservas provadas, a terceira maior do país). A extração desse gás vem aumentando continuamente desde 2008. O

Amazonas também tem petróleo e é a terceira maior reserva provada (RJ: 79,7%; ES: 8,9%; AM: 3,6%).

Outros segmentos minerais também são relevantes para o Estado, como a cassiterita e columbita, já em exploração há bastante tempo, mas com pouco beneficiamento, a silvinita, o caulim e outros minérios com grandes reservas em vias de exploração.

Por outro lado, há um conjunto de investimentos, em efetivação ou em vias de se efetivar, em obras de infraestrutura e segmentos não necessariamente vinculados ao PIM, como petroquímica e mineração, aliados a uma melhoria significativa na infraestrutura de turismo e aumento do fluxo de turistas, potencializados mais ainda com a realização da Copa 2014 em Manaus.

Tais cenários apontam para novas possibilidades na economia do Estado, que precisam ser articuladas. Avanços relevantes são requeridos, principalmente com aperfeiçoamento do modelo da Zona Franca de Manaus, tornando-o menos burocrático e mais competitivo.

DIRETRIZES DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

- Os rumos da economia do Estado devem ser definidos de forma racional, baseados em pesquisas econômicas regulares, com visão estratégica de longo prazo. Assim, os investidores e demais agentes econômicos e sociais terão melhores condições e segurança para investimentos;
- Retomar o dinamismo econômico do Estado através do aperfeiçoamento e fortalecimento da ZFM. Criar mais emprego e renda com a ampliação das exportações das indústrias sediadas no Polo Industrial de Manaus. Para isso é preciso conectá-lo com mercados globais, especialmente na América Latina;
- O crescimento da produção e fortalecimento da economia dependem da ampliação da infraestrutura;
- Estimular o surgimento de novos negócios com apoio ao empreendedorismo e ampliação do crédito e desburocratização;
- Integrar a economia do Amazonas aos Estados e Países vizinhos;
- Agregar valor aos produtos fabricados ou gerados no Amazonas. Para isso é necessário consolidar o sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação;
- Garantir que a riqueza gerada no Amazonas seja melhor distribuída para diminuir as desigualdades sociais.

AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

1. Atrair a implantação de empreendimentos biotecnológicos no Amazonas, incentivando a instalação de indústrias nos segmentos de fitos-fármacos, sucos, licores tropicais, farinhas (pupunha, mandioca, etc.), flores tropicais, plantas medicinais e outros;
2. Implantar **Polo Gasquímico**, aproveitando o potencial energético de nossas grandes reservas de gás;
3. Implantar o **Polo Naval** para dinamizar a indústria de construção naval, incentivando a construção de barcos, a melhoria dos estaleiros, o financiamento para aquisição de motores, o investimento na formação de mão de obra para setor e o apoio para a pesquisa e inovação tecnológica;
4. Estabelecer Manaus como polo de feiras e eventos regulares de negócios nos diversos setores da economia regional e eventos científicos e técnicos, estimulando o intercâmbio entre empresários e agentes públicos e disseminando informações sobre as ofertas e demandas da economia dos Estados da Região Norte;
5. Criar o **Polo da Silvinita**, para explorar o potencial econômico das reservas deste mineral no Médio Amazonas, incentivando a extração e o beneficiamento sustentáveis, visando à produção de fertilizantes;
6. Dotar Manaus de infraestrutura adequada de portos, aeroportos e armazéns, visando diminuir o custo logístico da produção e de escoamento dos produtos;
7. Melhorar a infraestrutura de comunicações (telefonia e internet) na Capital e no Interior;
8. Implantar programa com o objetivo de diminuir o custo burocrático da produção;
9. Eliminar burocracia por meio da efetiva implantação da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – REDESIM, prevista na Lei 11.598/2007;
10. Estimular o segmento das Micros e Pequenas Empresas (MPE), instituindo incentivos, além de financiamento via AFEAM, para que participem do sistema de compras governamentais e de contratação de obras públicas, fomentando o empreendedorismo, principalmente entre jovens;
11. Fortalecer a UEA para que suas atividades formadoras voltem-se para o desenvolvimento das potencialidades regionais, em sinergia com a agenda de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado;
12. Fomentar pesquisas em áreas estratégicas para o Estado, como tecnologia de transporte fluvial, tecnologia habitacional e de produção em várzeas, pecuária sustentável e outras;
13. Ouvir a comunidade universitária sobre a destinação da “Cidade Universitária”.

GESTÃO PÚBLICA E PLANEJAMENTO



15

EDUARDO
BRAGA GOVERNADOR

REBECCA
GARCIA VICE

1. GESTÃO PÚBLICA E PLANEJAMENTO

O Amazonas espera uma revolução nos métodos de gestão, que se traduza no maior transparência na aplicação do dinheiro do contribuinte, com eliminação dos desperdícios e possíveis desvios de recursos.

No último período de governo (2010-2014), beneficiado pelas políticas públicas federais, o Governo do Amazonas experimentou um crescimento de 62,7% em suas receitas orçamentárias - que saltaram dos R\$ 8,46 bilhões (2009) para R\$ 14, 77 bilhões (2013) - FONTE: SEFAZ, 2013.

No entanto, o fato de o governo ter tido mais dinheiro em caixa não beneficiou a população. Setores como o da Saúde, da Segurança Pública e da Educação apresentam indicadores que apontam a piora da qualidade dos serviços prestados pelo Governo do Estado. Em outras palavras, o salto nas receitas não resultou em melhores serviços oferecidos ao povo.

O que cresceu, e muito, foram as despesas correntes: 59,7% - passando de R\$ 6,7 bilhões (2009) para R\$ 11,36 bilhões (2013). O aumento do custeio da máquina pública sugou o aumento da receita, prejudicando a capacidade de investimento do Estado. Dessa forma, o governo atuou com timidez no combate aos problemas que afligem a sociedade amazonense - como, por exemplo, a dificuldade de mobilidade urbana na Capital e o abandono da infraestrutura do Interior, principalmente nas ações de saneamento.

Estes são os principais obstáculos para o desenvolvimento da gestão pública:

- Muita burocracia e pouca eficiência. O resultado disso é lentidão e ineficácia das ações governamentais, prejudicando a população em geral, em especial, os empreendedores;
- Custo alto de despesas gerando baixa capacidade de investimento;
- Falta de planejamento e ausência de transversalidade nas ações de governo;
- Funções dispersas em órgãos diversos, gerando duplicidade de esforços e de despesas, perdendo-se tempo e dinheiro;
- Dados estatísticos dispersos, pouco confiáveis e nem sempre disponíveis para direcionar a formulação de políticas públicas e programas de governo;
- Falta de padronização e deficiência de controle das compras e contratações públicas.

DIRETRIZES

- Tolerância zero com a burocracia;
- Revolução nos métodos da Gestão, que será baseada em seis pilares: ***Eficiência, Transparéncia, Desburocratização, Transversalidade, Racionalidade e Tecnologia;***
- Gestão por metas e resultados, garantida por um Pacto de Gestão entre os dirigentes dos diversos órgãos do governo e o governador.

AÇÕES DE GESTÃO E PLANEJAMENTO

1. Criar o ***Centro Administrativo Virtual***, investindo em infraestrutura de dados, visando à racionalização do tempo e das despesas de custeio;
2. Adotar ***modelo meritocrático de gestão***, que considera o mérito para a promoção, reconhecimento e valorização dos servidores públicos do Estado do Amazonas;
3. Centralizar a formação e a capacitação de servidores de todas as áreas da Administração, implantando a ***Escola do Serviço Público***, utilizando as estruturas existentes da UEA e CETAM;
4. Instaurar processos de modernização da estrutura administrativa do Estado, otimizando recursos e eliminando a duplicidade de ações;
5. Criar o ***Instituto de Estatística e Pesquisa Aplicada do Amazonas***, com o objetivo de garantir a geração de informações confiáveis e transparentes para a formulação de políticas públicas;
6. Recriar o ***Instituto de Cooperação Técnica Intermunicipal - ICOTI***, para oferecer aos municípios apoio administrativo, jurídico, contábil, orçamentário e tributário, além de orientação para a elaboração de projetos e a captação de recursos;
7. Incorporar ***conceitos e diretrizes relacionadas à sustentabilidade*** – eficiência energética, acessibilidade, reuso de água, geração e tratamento de resíduos e outros – às novas construções públicas;
8. Criar o ***Portal de Diálogo com a Sociedade***, para o acolhimento de críticas e sugestões por parte da população, dando transparéncia às ações de governo.

SAÚDE



15

EDUARDO
BRAGA GOVERNADOR

REBECCA
GARCIA VICE

2. SAÚDE

Infelizmente a Saúde no Amazonas voltou ao patamar do caos. As filas, que há muito tinham sido banidas no estado, estão de volta ao sistema público, representando total desrespeito ao cidadão que busca atendimento e tratamento médico/hospitalar.

Hoje, as pessoas enfrentam filas desumanas para ter acesso a simples exames que, muitas vezes, são determinantes para uma cura mais rápida. A falta de informação para a população é total. O atendimento humanizado nas unidades de saúde já não existe mais, ou seja, o estado não “estende a mão” ao cidadão na hora em que ele está mais fragilizado e vulnerável pela doença.

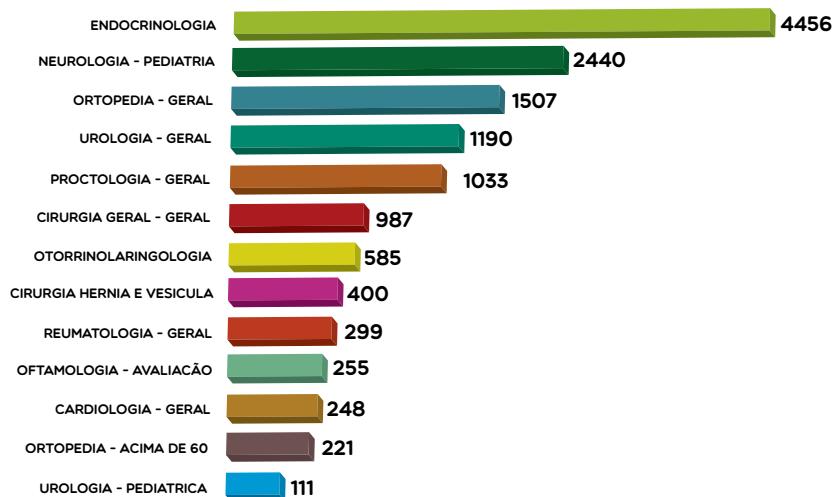
Crianças são atendidas nos corredores dos hospitais e chegam a tomar soro no chão, acompanhadas por seus pais em completo sentimento de revolta por verem seus filhos nesta situação.

Mas o que nos causa mais revolta é saber que este caos instalou-se no sistema público de saúde por absoluta falta de gestão, pois o Amazonas conta hoje com uma rede de atendimento bastante abrangente para atender a maior parte das demandas dos serviços de saúde. É um dos Estados que mais investem na área: em 2013, foram R\$ 2 bilhões, representando 22% do orçamento estadual (FONTE: SEFAZ, 2013). Porém, este considerável volume de recursos não tem sido traduzido em eficiência e resolutividade.

Outro desafio é o déficit de profissionais especializados: dos 18.614 servidores da saúde, do quadro da SUSAM, apenas 631 são médicos especialistas.

Existe falta de médicos especialistas principalmente nas áreas de endocrinologia (diabetes, obesidade, alto colesterol, déficit de crescimento, infertilidade, menopausa, entre outras), neurologia pediátrica (paralisia cerebral, epilepsia, malformação cerebral, entre outras), urologia (fimose, impotência sexual, cálculo renal e outras) e proctologia (hemorróida, câncer de próstata e do intestino, entre outras). Esse fato acarreta numerosas e longas filas nas unidades de saúde para consultas.

FILA DE ESPERA PARA CONSULTAS



FONTE: SUSAM-2013

A mesma situação ocorre com os exames especializados nas áreas de ultrassonografia/doppler (monitoramento do fluxo sanguíneo em casos de trombose e outras complicações arteriais, e investigação de nódulos mamários e da tireóide), endoscopia digestiva (gastrite, dor de estômago, refluxo e azia) e eletrocardiograma (doenças do coração). Essa situação tem de ser enfrentada como prioridade e de forma definitiva, para a redução imediata das filas.

FILA DE ESPERA PARA EXAMES



FONTE: SUSAM-2013

A solução definitiva para atender à grande demanda reprimida por consultas, exames e cirurgias especializadas no Interior virá com a implantação dos **Polos de Referência em Saúde**, incluindo equipamentos, insumos e médicos especialistas. Esses polos vão possibilitar a diminuição do fluxo de pacientes do Interior para a Capital, ajudando a aliviar a pressão da demanda nas unidades de saúde de Manaus.

Outro fator preocupante é que apesar dos esforços para reduzir as taxas de mortalidade materna e infantil no Brasil e no Amazonas, esses indicadores ainda permanecem elevados.

A mortalidade materna no Amazonas está associada, principalmente, à infecção puerperal (complicações pós-parto), sendo a maior responsável pelas mortes maternas, seguida da hipertensão, da hemorragia, das doenças do aparelho circulatório e do aborto. É de conhecimento clínico que 90% dos casos de morte maternas têm causas evitáveis.

No caso das crianças, nosso objetivo será o de assegurar o direito ao nascimento seguro, crescimento e desenvolvimento saudável. Iremos atuar para reduzir a alta taxa de mortalidade infantil, de acordo com os preceitos da Rede Cegonha.

A Rede Cegonha é uma estratégia do Governo Federal, operacionalizada pelo Sistema Único de Saúde, instituída pela Portaria 1.459/2011, fundamentada nos princípios da humanização e da assistência. O programa se propõe a fortalecer uma rede de cuidados que assegura às mulheres o direito ao planejamento reprodutivo e à atenção humanizada durante a gravidez, no parto e no período pós-parto (puerpério).

A redução da mortalidade materna é um dos objetivos do Desenvolvimento do Milênio estabelecido para os 189 países que integram a Organização das Nações Unidas (ONU). A meta é que esses países, Brasil incluído, reduzam essa taxa para 35 óbitos por 100 mil nascidos vivos até 2015. Em 2012, a taxa de mortalidade materna no Amazonas foi de 64,6 óbitos por 100 mil nascidos vivos.

Para reduzir o índice de mortes maternas, implantaremos o **Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher**. Atuaremos de forma coordenada, estabelecendo um pacto com todos os municípios, para garantir o acesso universal ao pré-natal, ampliando o pré-natal de alto risco, aumentando o número de leitos de UTI materna, fortalecendo os comitês de maternidade materna no monitoramento das causas de óbito (a principal causa de óbito, hoje, é a infecção pós-parto (puerpério). E, por fim, lutaremos para garantir a inclusão no SAMU, do serviço de remoção de mulheres grávidas em situação de risco.

Outra demanda urgente, na área da saúde da mulher, é a redução do câncer de útero, que incide majoritariamente na faixa etária entre 30 e 69 anos. Segundo o Instituto Nacional de Câncer - INCA, o Amazonas ostenta a vergonhosa condição de líder nacional em incidência de câncer de colo de útero: 53,3/100.000 habitantes, contra 5,7 do Brasil, em 2012. Esse é um grave problema decorrente da dificuldade de acesso a consultas médicas e desinformação sobre exames preventivos periódicos, o que será plenamente corrigido.

A falta de amparo e assistência é o principal motivo para que a doença continue ceifando vidas. Isso porque os exames de rotina com um ginecologista e a análise do papanicolau são de difícil acesso para a maioria das mulheres que vivem na floresta. Esses exames são primordiais para a prevenção do câncer de colo de útero.

Essa realidade precisa e vai mudar. Vamos intensificar a assistência especializada à mulher e aos exames periódicos.

O Governo Federal instituiu a vacinação gratuita contra o HPV para meninas de 9 a 13 anos, com a vacina tetravalente. Contudo, isso não exclui as ações de prevenção e de detecção precoce, que identifica lesões precursoras e câncer em mulheres sem sintomas.

O teste citopatológico convencional (papanicolau) é a principal estratégia de programas de rastreamento do câncer do colo do útero, principalmente em mulheres de 25 a 64 anos. No Amazonas, nos últimos anos, por falta de gestão nos procedimentos dos exames, as amostras de material coletadas junto às pacientes não são processadas em tempo hábil, perdendo a validade. Em outras palavras, as mulheres ficam sem saber se estão ou não doentes, pois os exames vão para o lixo. Esse procedimento resulta na redução das possibilidades de tratamento e cura da doença.

O **Programa de Atenção Integral da Mulher** irá atuar no controle do câncer do colo do útero, garantindo a organização, a integralidade e a qualidade dos serviços e as ações preventivas, bem como o tratamento e o acompanhamento das pacientes.

Ainda em 2012, a incidência de câncer de próstata, que atinge majoritariamente os homens acima dos 50 anos, também foi elevada no Amazonas (35,03/100.000 habitantes, contra 22,8 no Brasil, de acordo com o INCA), decorrente, igualmente, da falta de informação e da indisponibilidade de consultas e exames.

As doenças negligenciadas, que prevalecem em condições de pobreza, contribuem para a manutenção do quadro de desigualdade. Embora exista financiamento para pesquisas relacionadas às doenças negligenciadas, o conhecimento produzido não se reverte rapidamente em avanços terapêuticos, como novos remédios, métodos de diagnósticos e vacinas. Portanto, é imperioso que a FAPEAM e as fundações de Saúde priorizem estudos e cooperações internacionais para que possamos reduzir o quadro dessas doenças no Amazonas.

Seis doenças prioritárias irão compor o **Programa de Combate às Doenças Negligenciadas**: malária, tuberculose, AIDS, hepatite B, dengue e hanseníase.

Principais doenças negligenciadas do Amazonas

DOENÇAS	CASOS	RANKING	TAXA DE INCIDÊNCIA
MALÁRIA	82.910	2º	23,13
TUBERCULOSE	2.548	2º	67,64
AIDS	813	3º	29,24
HANSENÍASE	658	15º	18,66
HEPATITE B	523	8º	-
HEPATITE C	10	25º	-
DENGUE	3.841	20º	149,54

FONTE: Rede Interagencial de Informações para a Saúde – RIPSA - MS/Secretaria de Vigilância Sanitária/2012

As fundações de Saúde desempenham papel fundamental para a saúde pública do Estado e por isso merecem todo apoio e incentivo. A atuação do HEMOAM será ampliada com a construção do Hospital do Sangue, em parceria com o Governo Federal. O foco será o

tratamento de doenças hematológicas de adultos e crianças e de doenças oncológicas de crianças. Serão oferecidos outros serviços, como radiologia, tomografia e radioterapia, ultrassonografia, fisioterapia, quimioterapia, com áreas diferenciadas no hospital. A hemorrede estadual será ampliada, criando núcleos e agências de transfusão de sangue no Interior.

A realização de cirurgias eletivas na Capital e no Interior será ampliada nas áreas de maior demanda, em parceria com Governo Federal: oftalmológicas (catarata e glaucoma), ortopédicas, gerais (vesícula, hérnia, bariátricas e varizes), otorrinolaringológicas (ouvido, nariz, cabeça e pescoço), e outras.

Outro agravante nas unidades de Saúde da Capital e do Interior é o desabastecimento de medicamentos na rede. Atuaremos de forma vigorosa para implantar um sistema de monitoramento, interligado às unidades de saúde da Capital e do Interior, que seja capaz de gerar dados da programação, da distribuição e do consumo. O objetivo é garantir a disponibilidade de medicamentos e de material hospitalar em todas as unidades de saúde da Capital e do Interior.

Outra fonte de reclamação na área da Saúde concentra-se na qualidade do serviço de atendimento. Precisamos retornar com o serviço de acolhimento e humanização, **Amigos da Saúde**, que foi perdido nos últimos anos. Vamos disponibilizar recepção e serviço de remoção em pontos estratégicos da Capital – aeroporto “Eduardinho”, Porto e Ceasa – além de proporcionar aperfeiçoamento profissional e melhores condições de trabalho para os servidores públicos.

É preciso consolidar as Redes de Saúde, incluindo a Rede de Cuidado à Pessoa com Deficiência (Portaria 793/2012), com a implantação de Centros Especializados em Reabilitação. A Rede de Atenção Psicossocial (Portaria 3.090/2011) oferecerá atendimento especializado aos portadores de transtornos mentais e aos usuários de drogas.

DIRETRIZES

- Consolidação da rede pública estadual de saúde como um sistema humanizado, resolutivo e eficiente;
- Garantia de um modelo de gestão que otimize os recursos orçamentários, e a infraestrutura instalada, incluindo política de desenvolvimento do capital humano, com cumprimento de metas e resultados;
- Melhoria do perfil epidemiológico do Estado do Amazonas;
- Garantia de acesso ao sistema público de saúde a todos os amazonenses.

AÇÕES DE SAÚDE

1. Implantar o **Cartão SUS** com todas as suas funcionalidades, integrado à rede nacional, reunindo as informações completas sobre o usuário, a marcação de consultas e exames,

assim como as informações sobre a central de internação e de distribuição de medicamentos.

2. Desenvolver *Ação Emergencial de Redução de Filas* para a curto e médio prazos ampliar a oferta de serviços especializados (consultas, exames e cirurgias). Em parceria com os Ministérios da Saúde e da Educação ampliar vagas em residência médica na rede de serviços especializados, com ênfase em endocrinologia, neurologia pediátrica, urologia e proctologia.

3. Ampliar a cobertura do *Programa Melhor em Casa* – atendimento domiciliar humanizado a portadores de doenças crônico-degenerativas (AVC, traumatismo raquimedular, demências, doença pulmonar obstrutiva crônica, neoplasias e outras doenças infecciosas e incapacitantes), incluindo acompanhamento de equipe multidisciplinar (médico, psicólogo, nutricionista, assistente social, enfermeira, fonoaudiólogo e fisioterapeuta) e com ênfase ao atendimento ao portador de pé-diabético e ao paciente crônico renal. Implantar a entrega a domicílio de medicamentos específicos para todos esses pacientes;

4. Implantar *Polos de Referência em Saúde*, com equipamentos e médicos especialistas, para ofertar consultas, exames e cirurgias especializadas no Interior, reduzindo a demanda nas unidades de saúde da Capital;

5. Implantar hospital de referência na Vila do Zero (BR-319).

6. Implementar o *Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher*, tendo como metas a redução da mortalidade materna (com a ampliação de leitos de UTI materna) e infantil, além da diminuição da incidência do câncer de mama e útero;

7. Levar às comunidades ribeirinhas o atendimento à saúde da mulher, com ações de pré-natal e de prevenção e tratamento do câncer de mama e de colo do útero, por meio do *Barco da Mulher*.

8. Criar o *Banco de Próteses Mamárias* e implantar um programa de cirurgias para a reconstituição de mamas.

9. Lutar para garantir a inclusão no SAMU do serviço de remoção de mulheres grávidas em situação de risco;

10. Transformar, progressivamente, os CAICs em Policlínicas Infantis, incorporando o atendimento médico especializado em endocrinologia, neurologia, cardiologia, pneumologia, gastroenterologia e alergista, para assistir a criança diabética, asmática, com patologias cardíacas, neurológicas e renais;

11. Reativar o *Programa Amigos da Saúde* com atendimento humanizado em toda rede estadual de saúde, incluindo o serviço de recepção e remoção em ponto estratégicos da capita - Aeroporto Eduardinho, Porto e CEASA;

- 12.** Implantar **Programa de Combate às Doenças Negligenciadas**, visando a redução das taxas de incidência de malária, tuberculose, AIDS, hepatite, dengue e hanseníase, em parcerias com instituições nacionais e internacionais;
- 13.** Fortalecer as atividades assistenciais, bem como as de ensino e pesquisa, das Fundações de Saúde, apoiando-as em seus projetos estratégicos;
- 14.** Implantar o **Programa Todos Igualis**, uma rede de cuidado às pessoas com deficiência. Desenvolver suas potencialidades, em articulação com a família, e em parceria, principalmente, com as áreas da Educação, da Assistência Social e de Esportes e Lazer. Realizar as adequações para a implantação de Centros Especializados em Reabilitação;
- 15.** Implantar **Centro de Atendimento Psicossocial** para pessoal com sofrimento e/ou transtornos mentais graves e persistentes (Serviço de atenção 24 horas);
- 16.** Implantar **Centro de Atendimento para Atenção Contínua** às pessoas com necessidade relacionadas ao consumo de álcool, crack, e outras drogas;
- 17.** Implantar **Serviço Hospitalar de Referência** para atenção às pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack e outras drogas;
- 18.** Assegurar plano de carreira, metas e resultados atrelados ao desenvolvimento e valorização do profissional da saúde em consonância com os objetivos estratégicos das instituições. Proporcionar melhores condições de trabalho, incluindo oportunidades de participação e reconhecimento do capital humano;
- 19.** Implantar o **Programa Cirurgia Cidadã**, um programa permanente para a realização de cirurgias eletivas na Capital e no Interior, atuando nas áreas de maior demanda: cirurgias oftalmológicas (catarata e glaucoma), ortopédicas, gerais (vesícula, hérnia, bariátricas e varizes), otorrinolaringológicas (ouvido, nariz, cabeça e pescoço);
- 20.** Constituir a hemorrede estadual, criando núcleos e agências de transfusão de sangue no Interior;
- 21.** Implantar programa para a realização de exames laboratoriais no Interior, com profissionais de enfermagem para coleta de material (sangue, urina, fezes e outros). Efetivar termo de cooperação técnica com os Correios e companhias aéreas para o envio do material coletado e a entrega do laudo do exame, após a análise clínica em laboratório de Manaus ou em município-polo;
- 22.** Modernizar e ampliar o atendimento nos Bancos de Leite, de Olhos e de Órgãos;
- 23.** Implantar **Programa de Paramédicos**, com a participação do Corpo de Bombeiros.

SEGURANÇA



15

EDUARDO
BRAGA GOVERNADOR **REBECCA**
GARCIA VICE

3. SEGURANÇA PÚBLICA E JUSTIÇA

Assim como ocorre em todo o Brasil, a Segurança Pública é um dos principais desafios do Amazonas. O Estado investiu nos últimos dois anos mais de R\$ 1,2 bilhão (FONTE: SEFAZ, 2013) em programas de Segurança. Apesar desse investimento maciço, figura no 11º lugar no ranking nacional de mortalidade violenta (de acordo com o mapa da violência 2014), apresentando uma taxa de 36,7 homicídios por 100.000 habitantes, bem acima da média nacional, que é de 29. Além disso, Manaus figura, em 2013, entre as 50 cidades mais violentas do mundo de acordo com o ranking do Conselho Cidadão para a Segurança e Justiça Penal do México.

Esses dados assustadores comprovam que, apesar do volume de recursos empregados nessa área, o atual governo não teve competência gerencial para garantir segurança para o povo amazonense.

O “Ronda nos Bairros”, programa do atual governo escolhido para ser o carro chefe no combate à violência, e não responde aos anseios e às expectativas da população. O projeto é bom, mas a falta de qualidade da gestão compromete a sua eficiência. O Ronda nos Bairros precisa ser reestruturado, melhorando a sua atuação na ruas, no serviço prestado à população.

O que se percebe é que os órgãos componentes do Sistema de Segurança não se preocupam em ouvir os anseios, nem em prestar contas à população. Portanto, a primeira ação a ser executada na Segurança Pública deve ser a otimização da distribuição e aplicação dos recursos existentes, conjugada com a participação popular, por intermédio do Gabinete de Gestão Integrada - GGI, dos Conselhos Populares, da Ouvidoria e da Corregedoria Integrada de Polícia.

A população amazonense tem sido penalizada por vários problemas emergentes e a ausência de segurança no Interior. Destacam-se neste cenário de insegurança o aumento do crime organizado (em especial, o tráfico de drogas), dos roubos e furtos nas paradas de ônibus, e a impunidade dos criminosos, somados aos problemas penitenciários e à corrupção dos agentes policiais.

As consequências diretas desta situação são: a sensação de impunidade, a reincidência, a superpopulação provisória de presos, a baixa qualidade dos inquéritos e a falta de confiança da população em relação à polícia.

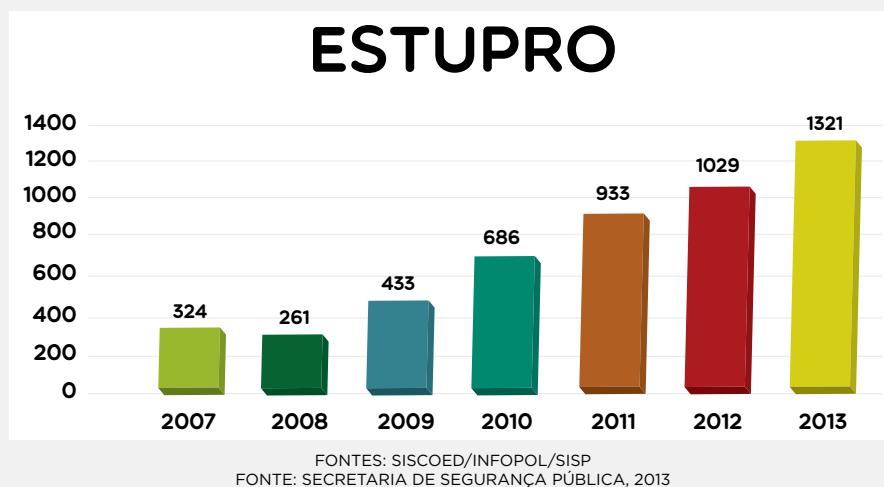
É nesse contexto de falta de transversalidade e unicidade de Segurança, aliada à falta de gestão do Sistema Estadual de Segurança, que os problemas apontados pela população multiplicam-se.

O tráfico de drogas no Amazonas tem suas origens na geopolítica do Estado – a proximidade com os maiores países produtores da pasta-base de coca. O Amazonas carece de uma política eficaz de enfrentamento ao tráfico. O primeiro passo deve ser garantecer fortemente as fronteiras, num esforço conjunto das diversas forças policiais, com participação da União.

Ademais, é necessário a reestruturação e o fortalecimento da Delegacia de Entorpecentes, que deve atuar em conjunto com a Secretaria de Inteligência no monitoramento da circulação das drogas no Estado.

Quanto aos furtos e roubos em locais públicos, em especial em paradas de ônibus, será redobrada a vigilância por câmeras na Capital, por intermédio da aquisição de equipamentos ainda mais modernos, que possibilitem a gestão das imagens de vigilância, criando um banco de dados capaz de identificação eficaz dos agentes criminosos.

A violência contra a mulher é outra realidade preocupante. O número de estupros tem crescido assustadoramente no Amazonas, conforme mostra o gráfico a seguir.



Com relação à falta de resposta à população e à impunidade, é necessário um investimento maciço na Polícia Técnico-Científica, fortalecendo as perícias criminais, além de um redimensionamento dos servidores nas delegacias. O intuito será o de fortalecer a prova técnica e as atividades de Polícia Judiciária e, por conseguinte, obter melhoria na qualidade dos inquéritos e na resolutividade criminal.

A questão da impunidade será minorada por meio de uma ação conjunta dos órgãos de Justiça em relação aos presos provisórios, com a utilização da tecnologia de monitoramento, aliada à criação de estabelecimentos penais modernos, com alas separadas em função da periculosidade, ampliando significativamente o número de vagas.

As penitenciárias receberão a incumbência de ressocializar os presos, por meio de ensino profissionalizante e de atividades laborais. Os detentos serão incentivados a trabalhar durante o cumprimento da pena. Essa ressocialização somente ocorrerá quando houver uma distribuição justa da população carcerária. Desafogando a superlotação, será possível montar salas de aula dentro dos presídios, por exemplo.

Segundo a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos - SEJUS faltam 4.500 vagas nos presídios do Estado, sendo 2.900 em Manaus. Os 11 presídios do Estado já abrigam 8.452 presos, sendo 5.969 na Capital.

Crimes como tráfico de entorpecentes, segundo informações disponíveis no Sistema Integrado de Informações Penitenciárias (INFOOPEN), do Ministério da Justiça, são os que mais causam prisões no Amazonas. Em 2012, estavam encarcerados 2.329 presos por este crime nas unidades. Os roubos qualificados ocupavam o segundo lugar, totalizando 1.052 detentos, seguidos pelos roubos que corresponderam a 442 das prisões.

Outro grave problema de segurança relaciona-se ao aumento vertiginoso da violência no trânsito na Capital. Segundo dados do DETRAN-AM, em 2009, ocorreram 4.450 acidentes com vítimas lesionadas ou fatais. Em 2013, este número saltou para 10.449, representando um incremento de 134,8% em apenas quatro anos. Tal fato exige que se implemente, com urgência, um programa de educação e humanização do trânsito.

DIRETRIZES

- Cerco às fronteiras para inibir a entrada de drogas no território amazonense;
- Redução drástica do número de homicídios na Capital e no Interior;
- Modernizar e ampliar o sistema prisional do Estado;
- Intensificar o uso da tecnologia para melhorar os serviços de segurança prestados à população;
- Investir em Polícia Técnico-Científica para aumentar a solução dos crimes, levando à punição dos criminosos.

AÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA

1. Elaborar o **Plano Estratégico de Segurança Pública**, como política de Estado, com diretrizes estratégicas, incorporando metas estruturantes (combate ao tráfico de drogas e redução das mortes intencionais violentas);
2. Implantar o **Fronteira Segura**, programa de defesa das fronteiras para coibir o narcotráfico internacional, por meio de parceria entre as Polícias Civil e Militar do Amazonas e a Polícia Federal, Exército, Judiciário e outros órgãos;
3. Instituir o **POLITEC - Programa de Revitalização da Polícia Técnico-Científica**, com a integração física e funcional dos Institutos de Identificação, Criminalística, Médico Legal e de Genética Forense, tornando a perícia forense do Amazonas referência na Região Norte;

4. Construir estabelecimentos penais modernos, com alas separadas em função da periculosidade, ampliando significativamente o número de vagas, e promover a ressocialização dos presos, com ensino profissionalizante e atividades laborais;
5. Desativar a Penitenciária Desembargador Raimundo Vidal Pessoa e construir no local um espaço cultural, gastronômico e de entretenimento;
6. Reestruturar o programa Ronda nos Bairros, com o objetivo de fortalecer o policiamento nas áreas de maior incidência criminal e nos municípios do Interior;
7. Desenvolver o projeto das ***Delegacias Fluviais Itinerantes***, para realizar mutirões da Polícia Judiciária (operações, investigações, inquéritos policiais e identificação), em conjunto com a Defensoria, Ministério Público e Judiciário;
8. Ampliar os investimentos em tecnologia de informação, operacionais (câmeras de segurança, bloqueadores de celular, tornozeleiras eletrônicas, sistema de reconhecimento facial e outros) e administrativos, integrando todos os sistemas de banco de dados em uma única plataforma;
9. Reestruturar o Instituto Estadual de Segurança Pública – IESP, visando à formação e capacitação dos profissionais da Segurança Pública;
10. Consolidar a estrutura operacional do Corpo de Bombeiros na Capital e implantar bases nos municípios-polo;
11. Reestruturar os serviços de Corregedoria e Ouvidoria, com objetivo de assegurar a qualidade dos serviços de Segurança Pública e combate à corrupção policial;
12. Garantir os direitos do consumidor, fortalecendo o PROCON na Capital e implantando no Interior;
13. Implantar o ***Programa Paz no Trânsito***, de humanização e educação no trânsito, visando à redução da violência e da mortalidade na Capital e no Interior.



MULHER



15

EDUARDO
BRAGA GOVERNADOR **REBECCA**
GARCIA VICE

4. MULHER

Em 2009, o Governo do Estado do Amazonas lançou o 1º Plano Estadual de Políticas para as Mulheres (PEPM), como resultado das propostas oriundas da 1a Conferência Estadual de Políticas para Mulheres realizada em junho/2004, (“Políticas para as Mulheres: um desafio para a igualdade numa perspectiva de gênero”), da 2ª Conferência Estadual realizada em julho/2007 (“Mulher, Cidadania e Espaços de Poder”), e do primeiro e segundo Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.



Este plano definiu as políticas de ação para a promoção da igualdade de gênero, enfrentamento e a superação das desigualdades, visando o fortalecimento de organismos institucionais de defesa dos direitos das mulheres no Estado do Amazonas.

O PEPM estrutura-se em torno de quatro áreas estratégicas de atuação: 1) autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania; 2) educação inclusiva e não sexista, equidade de gênero e questão racial e étnica; 3) saúde e direitos sexuais e reprodutivos; 4) enfrentamento à violência.

Infelizmente poucas das ações previstas foram implementadas. As que efetivamente saíram do papel, com o crescimento populacional e a falta de investimento, tornaram-se obsoletas, como é o caso da Delegacia Especializada em Crimes Contra a Mulher (DECCM) e dos Serviços de Atenção à Mulher (SAPEM, CREAM e CASA ABRIGO).

Devido aos altos índices de denúncias de violência contra a mulher, em 2012 o Amazonas recebeu a visita da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Violência Contra a Mulher que constatou a precariedade nos quesitos de segurança pública, assistência social e saúde.

Na Capital existe um elevado número de inquéritos policiais parados na DECCM, conforme constatou a CPMI na diligência realizada em 22/11/2012. Em 2011, por exemplo, foram registradas 13.043 ocorrências na Delegacia da mulher e instaurados apenas 1.003 inquéritos, menos de 10% das ocorrências. O passivo da delegacia é imenso.

O mesmo ocorre com o número total de inquéritos remetidos à Justiça, significativamente menor do que as ocorrências policiais na Delegacia da Mulher. No ano de 2011, observa-se que houve um crescimento significativo no número de inquéritos remetidos à Justiça apenas pela Delegacia, e não pelas delegacias comuns. Mas já em 2012, mesmo com resultados parciais, novamente um decréscimo. Considerando-se a falta de dados oriundo das delegacias do Interior, a realidade é ainda pior.

Inexiste atualmente uma centralização das informações e das ocorrências tanto nos Departamentos Integrados de Polícia (DIPs) como nos núcleos do Interior, onde os problemas são maiores devido à carência de recursos humanos e instalações físicas. Para dar conta dos milhares de inquéritos parados é preciso realizar uma força-tarefa com tal finalidade.

A incapacidade da polícia de instaurar inquéritos indica uma situação gravíssima. Há inúmeros inquéritos policiais parados na Delegacia da Mulher, e muitos deles podem já estar prescritos. Esse fato pode levar à descrença no sistema de Justiça, que não processa adequadamente os crimes contra mulheres no Estado do Amazonas.

No que diz respeito aos exames de corpo de delito, particularmente no crime de estupro, a situação também é gravíssima: centenas de inquéritos e processos judiciais aguardam laudos periciais, provocando um considerável aumento da ocorrência, uma vez que, sem a materialidade do crime, o agressor acaba em liberdade e na reincidência da prática criminosa.

DIRETRIZES

- Levar para o Interior os serviços de atenção à mulher;
- Investir na elevação da escolaridade e na qualificação e formação profissional da mulher, contribuindo para a sua inserção no mercado de trabalho, gerando oportunidades de trabalho e renda;
- Garantia do atendimento integral à saúde da mulher.
- Enfrentamento efetivo à violência doméstica e sexual contra a mulher.

AÇÕES PARA A MULHER

1. Elaborar Plano Estadual de Políticas para as Mulheres, levando em consideração as propostas aprovadas nas Conferências Estadual e Nacional de Políticas para as Mulheres; elaborar matriz de responsabilidade que permita acompanhar a implementação das propostas e metas do Plano, bem como promover sua pactuação com todas as prefeituras;

- 2.** Consolidar a rede de serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência, em parceria com o Judiciário, o Ministério Público e as prefeituras, garantindo assistência integral às mulheres que sofrem de violência doméstica e sexual;
- 3.** Construir a **Casa da Mulher Brasileira**, onde funcionarão os órgãos e serviços necessários ao combate à violência contra a mulher, em parceria com o Governo Federal;
- 4.** Criar o **Barco da Mulher**, que percorrerá as calhas de rios levando assistência jurídica e social, identificando casos de violência e abusos contra mulheres ribeirinhas. O Barco também contará com atendimento à saúde, com ações de pré-natal e de prevenção e tratamento do câncer de mama e do colo de útero;
- 5.** Garantir o enfrentamento ao tráfico de mulheres, com especial atenção às regiões de fronteira com a implantação de serviços efetivos de prevenção, atendimento e acompanhamento de casos;
- 6.** Implantar, no Interior, os Centros Estaduais de Referência e Apoio à Mulher - CREAM e os Serviços de Apoio Emergencial a Mulheres Vítimas de Violência - SAPEM;
- 7.** Ampliar o número de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher;
- 8.** Garantir o cumprimento de medidas de proteção com a implementação do **Mulher Segura**, programa que vai monitorar os agressores e oferecer maior proteção à mulher em situação de violência. Desenvolver projetos de tratamento dos agressores, com o efetivo monitoramento de sua recuperação, evitando episódios de reincidência;
- 9.** Implementar, em parceria com a UEA, projetos de ressocialização e capacitação de presidiárias por meio de cursos oferecidos por teleconferência. Articular convênios com a iniciativa privada que proporcionem trabalho à presidiária de acordo com o que autoriza a legislação em vigor;
- 10.** Realizar trabalho de educação sexual nas escolas, investindo para que os adolescentes se tornem multiplicadores da prevenção às DST e gravidez não-planejada, com a implementação de campanhas e a distribuição de cartilhas com orientações e informações;
- 11.** Assegurar a construção de creches e lavanderias coletivas nos conjuntos habitacionais, para que as mulheres possam estudar e trabalhar deixando seus filhos em segurança, além de contribuir para a redução dos afazeres domésticos;
- 12.** Implantar nas unidades do Pronto Atendimento ao Cidadão (PAC) os **Conselhos da Mulher**, com representantes escolhidas pela comunidade, para receber denúncias de violência e violação dos direitos da mulher e o encaminhamento necessário às áreas jurídica e policial;
- 13.** Promover a prevenção da violência contra a mulher por meio de campanhas socioeducativas nas escolas.

ASSISTÊNCIA SOCIAL



15

EDUARDO
BRAGA GOVERNADOR

REBECCA
GARCIA VICE

5. ASSISTÊNCIA SOCIAL

As ações da política de assistência social são organizadas para promover o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, a proteção da família, a autonomia e o protagonismo dos indivíduos e comunidades.

No período de 2003 a 2009, trabalhamos em parceria com o Governo Federal para a implantação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. A assistência social ganhou maior organicidade entre seus serviços, benefícios, programas e projetos, e mais articulação entre as ações da União, Estados e municípios, além de maior integração entre a política de assistência social e outras políticas públicas.

Nossa atuação pode ser demonstrada a partir da análise dos indicadores socioeconômicos do período de (2003/2009). Os números revelam que o Amazonas tem sido um dos Estados mais beneficiados pela política econômica implementada pelo Governo Federal. São inegáveis os avanços obtidos no aumento geral da renda da população amazonense e na redução da pobreza no Estado, conforme demonstram as tabelas a seguir

RENDIMENTO DOMICILIAR PER CAPITA

REGIÃO	2004	2009	EVOLUÇÃO
AMAZONAS	R\$331,60	R\$432,20	30,3%
REGIÃO NORTE	R\$338,60	R\$439,30	29,7%
BRASIL	R\$493,00	R\$631,70	28,1%

POBREZA EXTREMA*

REGIÃO	2004	2009
AMAZONAS	12,8%	6%
REGIÃO NORTE	11,2%	6,5%
BRASIL	8,9%	5,2%

FONTE: IBGE/IPEA-2012 - * Percentual dos que recebem renda per capita inferior a R\$ 67,07/ mês, em setembro de 2009.

Atuamos em todo o Estado para que as redes de proteção fossem fortalecidas: a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial. A primeira, voltada para os direitos assistenciais, é da competência dos municípios. A segunda, de competência estadual, é direcionada para os casos especiais em que há violação de direitos e nos quais a assistência social precisa ser assegurada.

Nossos programas, projetos, serviços e benefícios sempre estiveram direcionados, prioritariamente, à parcela da população mais vulnerável, bem como à família, foco da nossa atenção.

Estimulamos os municípios a organizarem a rede de proteção básica, instituindo os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), com o objetivo de articular as transferências de renda com os serviços sócio-assistenciais. O objetivo foi oferecer mais oportunidades e possibilidades de desenvolvimento aos indivíduos, às famílias e às comunidades.

Estabelecemos as bases da Rede de Proteção Social Especial, oferecendo serviços, programas e projetos visando a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direitos, o fortalecimento das potencialidades e a proteção de famílias e indivíduos, por meio dos Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS). Ofertamos serviços de proteção e assistência contra a violência, abuso e exploração sexuais das crianças e adolescentes.

Existe a necessidade de se ampliar os serviços especializados de proteção desenvolvidos nos CREAS. Eles têm impacto direto na reorganização, reestruturação da família e até mesmo de comunidades, fomentando o desenvolvimento pessoal e comunitário das pessoas atendidas, promovendo o resgate da autoestima e apontando caminhos de reinserção na vida social.

DIRETRIZES

- Criação de uma nova cultura de humanização nas unidades de atenção ao cidadão que possa instaurar padrões de relacionamento ético entre gestores, técnicos e usuários;
- Ampliação do acesso aos programas e serviços de Assistência Social para crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência e famílias em estado de vulnerabilidade e exclusão social;
- Participação da população na formulação das políticas e no controle das ações;
- Família como foco dos serviços, programas e projetos.

AÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

1. Implementar a **Rede de Proteção ao Idoso** em situação de violência doméstica, negligência ou situação de rua e abandono, consolidando a rede com Delegacia, Centro de Defesa, Centro de Convivência e abrigo;
2. Fortalecer, expandir e agregar novos serviços aos **Centros de Convivência da Família**, incluindo os cuidados especiais aos portadores de deficiência em sua reabilitação;
3. Consolidar os **Centros de Referência da Assistência Social** (CRAS) como porta de entrada do usuário da Assistência Social em todos os municípios do Estado;
4. Implantar, nos municípios-pólo, os **Centros de Referência Especializados de Assistência Social** (CREAS) – serviço de proteção e atenção às famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social (violência física, psicológica, negligência, violência sexual, situação de rua, abandono);

5. Implantar o **Serviço de Localização de Pais ou Responsáveis** por crianças ou adolescentes desaparecidos;
6. Implantar, em parceria com a Secretaria de Segurança Pública, **Serviço de Reconhecimento de Paternidade - Pai Legal**, por meio de exame de DNA gratuito;
7. Implementar as **Residências Inclusivas** para pessoas com deficiência - moradias adaptadas, localizadas na comunidade, dispondo de equipe especializada e metodologia adequada para prestar atendimento personalizado e qualificado, dirigido a jovens e adultos com deficiência em situação de dependência;
8. Implantar **Centro-Dia** de referência para atendimento e convivência para pessoas com deficiência maiores de 18 anos, em estado de vulnerabilidade social. Oferecer serviços e assistência, ajudando na autonomia dos beneficiários e de seus cuidadores familiares;
9. Fortalecer os serviços oferecidos pelo **Programa de Atendimento Itinerante - PAI**;
10. Implantar **Centro Socioeducativo de internação e Semiliberdade** para o adolescente em conflito com a lei em municípios-pólo, observada a demanda;
11. Implementar e expandir o **Programa Jovem Cidadão** para todos os municípios do Estado, como estratégia de desenvolvimento da criança e do adolescente;
12. Fortalecer e interiorizar o **Programa Ame a Vida** nas Delegacias Especializadas e Distritos Integrados de Polícia, visando contribuir para a redução do índice de violência e assegurar o acesso humanizado e o reconhecimento dos direitos sociais.
13. Renovar o **Projeto Cidadão**, voltado ao combate à pobreza e exclusão social, tendo por beneficiárias as famílias em urgência social, residentes em áreas de maior degradação socioambiental, na Capital e no Interior.



32

EDUCAÇÃO



15

EDUARDO
BRAGA GOVERNADOR

REBECCA
GARCIA VICE

6. EDUCAÇÃO

A Educação sempre foi prioridade em nosso governo. Entendemos que a Educação é a base estruturante para o desenvolvimento humano e econômico. Por isso, implantamos um conjunto de programas e ações (no período 2003-2010) que contribuíram para a mudança na vida de milhares de famílias amazonenses.

Em 2007, criamos o Centro de Mídias da SEDUC e o Programa Presencial de Mediação Tecnológica, destinado ao atendimento de alunos da rede pública de ensino, na zona rural, por meio das tecnologias da informação e comunicação. Esse programa inovador conquistou reconhecimento nacional e internacional. Precisamos voltar a avançar na modalidade de educação à distância.

Ainda em 2007, criamos o Programa Escolas de Tempo Integral, ao implantar o Centro Educacional de Tempo Integral - CETIs. Nossa objetivo foi oferecer ensino de excelência nesses centros, com estudos aprofundados em áreas estratégicas.

Porém, esse programa foi descaracterizado. Criaram as chamadas Escolas de Tempo Integral Adaptadas - ETIs, fazendo um arranjo que não garante o modelo original do programa.

Anunciam que existem no Amazonas 44 Escolas de Tempo Integral, sendo 26 na Capital e 18 no Interior. Porém, 33 dessas escolas (75%) são as mesmas escolas, que foram adaptadas. Ora, uma pintura no prédio não é suficiente para a estruturação de um modelo de ensino!

Atuaremos para resgatar o projeto original, transformando os CETIs em verdadeiros centros de excelência de ensino, assegurando melhor desempenho para a comunidade educativa (escola, docentes, alunos e família). Vamos ampliar essa modalidade de ensino na Capital e no Interior.

Implantamos o Sistema de Avaliação do Ensino do Amazonas - SADEAM, porém há necessidade de torná-lo um instrumento efetivo de planejamento, monitoramento e de gestão escolar, o que não ocorreu durante a atual gestão.

Nosso governo trará a autonomia das escolas estaduais, incluindo as escolas indígenas, estimulando o desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico, articulado com as especificidades culturais, étnicas regionais, respeitando as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação e SEDUC.

Um fator que tem causado indignação na população é a ociosidade das escolas da Capital. Atualmente, 124 escolas (54,8%) não funcionam no período noturno, e a grande maioria dessas escolas não está aberta para uso da comunidade do entorno. Isso demonstra um grande equívoco, pois somente com a aproximação da comunidade e da família é que conseguiremos fazer a revolução na educação amazonense.

Há a necessidade de se promover a atratividade do Ensino Médio a partir de uma perspectiva inovadora, com utilização de tecnologia, desenvolvendo habilidades que auxiliem nos processos emocionais, criativos e cognitivos (tomada de decisão, gerenciamento das emoções, postura empreendedora e capacidade de se comunicar).

Durante o nosso governo, consolidamos a Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Levamos o ensino superior ao interior do estado, possibilitando que o jovem não tivesse que se deslocar até a capital para dar continuidade aos seus estudos após a conclusão do Ensino Médio.

Porém, entendemos que a oferta de cursos de nível superior no Amazonas precisa atender às necessidades de cada região, pois a maior frustração de um profissional recém formado na universidade é não conseguir uma vaga no mercado de trabalho. Infelizmente, é isso que temos presenciado no interior do Amazonas: profissionais formados em Ciência Política, por exemplo, trabalhando como mototaxista, ou na agricultura familiar.

Vamos criar cursos específicos para cada região do estado de acordo com as demandas e tendências econômicas dos municípios. Esses cursos também terão tempo determinado, sendo oferecidos de acordo com as necessidades do mercado de trabalho local.

O Plano Nacional de Educação, do qual fomos um dos relatores, aprovado em 2014, traça diretrizes e metas para seu cumprimento até 2023. Abaixo destacamos alguns desafios que precisam ser enfrentados por toda a sociedade amazonense, a partir de ampla mobilização:

Educação Infantil

No Amazonas, 65,7% das crianças de 4 a 5 anos estão fora da escola de Educação Infantil (responsabilidade das prefeituras municipais), no Brasil o número é superior são 82,2%. No Estado, apenas 6,2% das crianças de 0 a 3 anos estão matriculadas na Educação Infantil, no País são 23,4%. É preciso, pois, trabalhar junto com as prefeituras para corrigir esta situação.

Distorção Idade-Série

No Amazonas, 49,3% dos jovens com 16 anos concluíram o Ensino Fundamental, no Brasil são 67,4%. No Estado, 44,8% dos jovens de 15 a 17 anos estão matriculados no Ensino Médio, no País são 54,9%. Embora, no Amazonas 83,9% desses jovens nessa faixa etária estejam na escola, 16,1% estão fora da escola.

Dificuldade de Aprendizagem

O Plano Nacional de Educação estabeleceu a meta de alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do Ensino Fundamental, para o alcance dessa meta o nosso governo atuará em parceria com os municípios apoiando tecnicamente na qualificação da oferta de educação infantil.

No Amazonas, o aprendizado de crianças do 3º ano do Ensino Fundamental em leitura

representa 25,8% e, em escrita, 20%. No Brasil são 44% e 30,1%, respectivamente;
Alfabetização

Em 2000, a taxa de analfabetismo no Amazonas era de 15,5%. Esse triste quadro, motivou-nos a criar o Programa Reescrevendo o Futuro, que tirou 191.589 amazonenses da escuridão do analfabetismo. Em 2010, o IBGE divulgou que a taxa havia caído para 9,6%, e que 13 municípios do Amazonas erradicaram o analfabetismo e outros 44 municípios obtiveram o selo “Livre do Analfabetismo”.

Infelizmente, o programa não prosseguiu nos últimos quatro anos, e os avanços foram poucos. Além disso, 18% da população são analfabetos funcionais, ou seja, não conseguem interpretar e escrever um texto. No País, este índice é de 27%.



IDEB - 2011

O Amazonas ocupou a 18^a posição dentre as Unidades da Federação nas Séries Iniciais (1º ao 5º ano) do Ensino Fundamental, com o índice de 4,3. A média no Brasil foi de 5,0.

Quanto ao desempenho das Séries Finais (6º ao 9º ano) do Ensino Fundamental, ocupou a 16ª posição, com índice de 3,8. A média nacional foi de 4,1.

No Ensino Médio, o Estado ocupou a 15^a posição, com índice de 3,5. A média no Brasil foi de 3,7.

Educação Especial

A meta brasileira até 2023 é universalizar o atendimento escolar aos alunos com deficiência,

transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, para a população de 4 a 17 anos, preferencialmente na rede regular de ensino.

No Amazonas, como no Brasil, não há dados para diagnosticar essa meta. Faremos um censo no Estado das Pessoas com Deficiência para avançar no desenvolvimento de políticas públicas para esse público.

Educação Profissional

A meta do PNE é audaciosa: triplicar as matrículas da Educação Profissional Técnica de nível médio até 2022.

No Amazonas, em 2012, foram 25.457 matrículas nas redes federal e privada. Nosso esforço fará com que a ampliação da oferta da Educação Profissional ocorra em parceria com o Governo Federal e a iniciativa privada, de forma presencial e à distância, com foco nas potencialidades regionais e no empreendedorismo. Em nosso governo, criamos o CETAM, que gerou oportunidades de trabalho e renda para milhares de amazonenses.

As matrículas na Educação Profissional entre jovens de 18 e 24 anos representam apenas 11,7% no Amazonas e 15,4% no Brasil.

Educação Superior

A matrícula na Educação Superior entre jovens de 18 a 24 anos, em relação a essa população, representa no Amazonas 28,7%. No Brasil, 30,2%.

Organizar a carreira do professor, de modo a valorizá-lo e a motivá-lo, com salários compatíveis e oportunidades de crescimento profissional, oferecendo cursos de Pós-Graduação (mestrado e doutorado), voltará a ser meta prioritária. Serão criados programas de incentivo e reconhecimento pelas práticas pedagógicas exitosas.

Implantaremos uma gestão associada a critérios técnicos de mérito e desempenho como também ofereceremos formação para gestores escolares.

Nosso governo agirá para reduzir as desigualdades educacionais regionais no nosso Estado. Elevaremos a escolaridade da população do Amazonas unindo uma grande frente de mobilização com a sociedade amazonense para a tão almejada qualidade da educação para

todos aqueles que escolheram o nosso Estado para viver.

DIRETRIZES

- Consolidação da rede pública estadual como um sistema criativo, produtivo e de alto rendimento escolar e aprendizagem;
- Elevação da escolaridade média da população, erradicação do analfabetismo e redução do analfabetismo funcional;
- Redução das desigualdades educacionais no território amazonense, com respeito à diversidade étnico-cultural;
- Mobilização da sociedade para o engajamento na melhoria da qualidade da Educação do Amazonas;
- Preparação do jovem para o mercado de trabalho, por meio da ampliação da oferta de cursos profissionalizantes e do estímulo ao empreendedorismo;
- Expansão da UEA, com a oferta de novos cursos (graduação e pós-graduação) direcionados às vocações e potencialidades regionais que ampliem as perspectivas de geração de oportunidades de trabalho e renda para os amazonenses.

AÇÕES DE EDUCAÇÃO

1. Resgatar o projeto original das Escolas de Tempo Integral como centros de excelência de ensino, assegurando melhor desempenho para a comunidade educativa (escola, docentes, alunos e família) e implantar novas unidades na Capital e no Interior;
2. Implantar o **Programa Empreendedores pela Educação** em parceria com empresas e cooperação com alunos egressos, líderes em diferentes áreas de atuação, que voluntariamente contribuam com a gestão escolar em direção à eficiência e orientação por resultados;
3. Implantar **Programa de Valorização da Educação**, para premiar o desempenho das escolas, alunos, professores, técnicos e gestores, por meio de incentivos econômico, social e cultural, com ampla divulgação na mídia local e nacional, visando sua valorização perante a sociedade;
4. Implantar novos núcleos da UEA no Interior, equipados com berçários e salas lúdicas para os filhos de alunas matriculadas, com o intuito de reduzir o abandono dos estudos das jovens amazonenses;
5. Implantar o **Escola Segura**, um programa de segurança nas escolas e no seu entorno, mediante parcerias com a Polícia Militar, prefeituras, Ministério Público, Juizados da Infância e da Juventude e outras instituições (atualmente há 54% de escolas fechadas no período noturno);

- 6.** Implantar o ***Rede Plus***, um programa de reforço escolar pela internet, visando complementar o aprendizado dos alunos do Ensino Fundamental e Médio e o aprimoramento dos docentes com conteúdo pedagógico regionalizado, disponibilizado via internet e em dispositivos móveis;
- 7.** Implantar o ***Avante***, um programa de educação continuada (Especialização, Mestrado e Doutorado), para os trabalhadores da educação da Rede Estadual de Ensino, em parceria com a UEA e demais instituições de ensino superior;
- 8.** Instituir o ***Amazonas Sem Fronteiras***, um programa de intercâmbio para Docentes, Técnicos e Gestores Escolares em nível nacional e internacional, nos moldes do Programa Ciência Sem Fronteiras, para cooperação em práticas educativas inovadoras;
- 9.** Reativar o programa ***Reescrivendo o Futuro***, utilizando tecnologias atuais;
- 10.** Criar, em parceria com os municípios, o ***Alfa Mais***, um programa de alfabetização para reduzir a defasagem de aprendizado em escrita e leitura das crianças de até oito anos de idade, introduzindo incentivos para a valorização do professor alfabetizador;
- 11.** Implantar programa para multiplicar a oferta de Educação Profissional, em parceria com o Governo Federal e iniciativa privada, presencial e a distância, objetivando o desenvolvimento das potencialidades locais e transformação social;
- 12.** Apoiar tecnicamente os municípios na ampliação e qualificação da oferta de educação infantil (creches e pré-escolas) e no desenvolvimento de gestão e práticas pedagógicas;
- 13.** Implantar ***Laboratórios de Multimídia*** nas escolas da rede estadual de ensino visando propiciar suporte aos professores e alunos na organização e produção de áudio e vídeo;
- 14.** Implantar projetos de monitoria para alunos do Ensino Médio e de Educação Profissional, promovendo o enriquecimento do processo ensino-aprendizagem, em parceria com a FAPEAM;
- 15.** Realizar o Censo das Pessoas com Deficiência, para potencializar o desenvolvimento de políticas públicas;
- 16.** Implantar o ***Viva a Diferença***, um programa itinerante de respeito às diferenças, objetivando orientar os trabalhadores da educação ao atendimento dos estudantes nas escolas estaduais e municipais, incluindo as indígenas;
- 17.** Fortalecer a escola bilíngue para surdos, com ações voltadas à educação, à acessibilidade e à qualificação profissional e empregabilidade de pessoas surdas, priorizando a Língua

Brasileira de Sinais (LIBRAS) e a modalidade escrita da Língua Portuguesa;

18. Implantar acessibilidade nas escolas da rede estadual de ensino;

19. Implantar um sistema de seleção de diretores das escolas públicas do Estado por meio de critérios técnicos e meritórios definidos em edital, bem como implantar o **Programa de Formação de Gestores Educacionais**, em parceria com a UEA e demais instituições de ensino, visando a uma gestão compartilhada e inovadora;



CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO



15

EDUARDO
BRAGA GOVERNADOR **REBECCA**
GARCIA VICE

7. CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Em 2003, criamos o Sistema Público Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) no Amazonas, formado pela Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia - SECT e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM. Projetamos promover as transformações necessárias no Amazonas tendo como base o conhecimento, visando consolidar o modelo de desenvolvimento sustentável.

Em decorrência dessa estrutura, o sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação apresentou importantes avanços :

- Ampliação da comunidade científica;
- Expansão da pós-graduação;
- Ampliação da infraestrutura de ensino superior, pesquisa e desenvolvimento tecnológico;
- Interiorização da formação de capital humano qualificado no nível técnico, graduado e pós-graduado;
- Geração de novas oportunidades para a inovação no setor produtivo.



Em decorrência da implantação do sistema público estadual de CT&I, os investimentos estaduais são maiores do que o do Governo Federal. Por meio da FAPEAM foram investidos, no período de 2003 a 2012, 44% a mais em CT&I que o CNPq e CAPES juntos, o que demonstra a importância dessa política pública de desenvolvimento por nós implementada – foram R\$ 344,7 milhões de investimento estadual, contra R\$ 303,8 milhões de investimento federal (FONTE: SECT, 2013).

As políticas públicas e ações que implementamos nessa área apresentam resultados incontestáveis. A formação de recursos humanos locais tem crescido. Em 2003 formamos na pós-graduação 672 alunos bolsistas. Em 2012, foram 1.933 alunos formados, um incremento de 188%. O número de mestres e doutores deu um grande salto, passando de 224 em 2003 para 6.354 em 2013, sendo 4.601 mestres e 1.753 doutores.

Em 2005, aprovamos a primeira lei estadual de incentivo à Inovação. Hoje já há 16 leis estaduais no Brasil. No Amazonas, nos últimos 10 anos, a pesquisa foi incentivada com a concessão de 23.262 bolsas de estudo, para o ensino básico (7.096), graduação (12.334), mestrado (2.610) e doutorado (1.216).

Porém, é preciso aproveitar nossas vantagens comparativas e estimular a produção com maior valor agregado e intensivo em tecnologia. Se o Amazonas quiser dar um salto para um Estado tecnologicamente desenvolvido temos que derrubar de forma definitiva os obstáculos para a construção e a produção do conhecimento.

Ressaltamos a importância do papel das universidades e dos institutos de pesquisa na discussão do aperfeiçoamento do modelo econômico da Zona Franca de Manaus e do Amazonas como um todo. Precisamos atrair empresas de biotecnologia, e é necessário discutir as parcerias público-privadas para acelerar a inovação tecnológica no Estado.

DIRETRIZES

- Geração de conhecimento, produtos e processos com alto impacto no desenvolvimento econômico e na vida das pessoas;
- Traduzir o desenvolvimento científico e tecnológico em progresso material e bem-estar social para a população;
- Agregar novos conhecimentos científico e tecnológicos em áreas estratégicas, como a cadeia de petróleo e gás, a biotecnologia e a economia verde (energias renováveis, mudanças climáticas);
- Intensificar o aporte de ciência e tecnologia na erradicação da pobreza e redução das desigualdades sociais e regionais;
- Formação de nova geração de profissionais amazonenses para alavancar o desenvolvimento em bases científicas e inovadoras.

AÇÕES PARA A CIÊNCIA & TECNOLOGIA & INOVAÇÃO

1. Implantar, em articulação com a UEA, a Rede de Formação e Transferência Tecnológica, para setores estratégicos como o naval, o mineral, o de petróleo e gás e o de biotecnologia, aproveitando a capacidade instalada da universidade;
2. Implantar **Programa de Geração de Profissionais Amazonenses de Excelência – Geração E** em áreas estratégicas para o desenvolvimento do Estado, prevendo o encaminhamento de 100 alunos/ano em formação na UEA para 100 universidades do mundo. Os egressos desse programa atuarão durante um ano como bolsistas na UEA, com base na experiência adquirida;
3. Fomentar a pesquisa e a formação de recursos humanos (mestres e doutores) para o desenvolvimento de soluções inovadoras para edificação e produção em áreas alagáveis e sujeitas a mudanças sazonais anuais e climáticas (cidades inteligentes) – tornando o Amazonas referência nacional e internacional nessa área;
4. Fomentar estudos e pesquisas para o setores de alimentos de alto valor nutricional e exóticos, além dos bioproductos de alta tecnologia e valor agregado (fármacos, fitoterápicos, cosméticos e defensivos naturais);
5. Apoiar financeiramente pesquisas estratégicas em doenças tropicais e negligenciadas. Consolidar os grupos de pesquisa existentes, criando excelência nessas áreas, tanto na pesquisa de novos diagnósticos rápidos e de baixo custo, quanto às novas drogas e novos tratamentos, avançando na pesquisa clínica dessas doenças;
6. Implantar o **Parque Tecnológico do Amazonas**, com empresas-âncora, grupos de pesquisas locais e nacionais e aceleradoras de negócios, transformando o Estado em polo regional de negócios de TI;
7. Articular a atração de investidores e demais parceiros para criação e instalação de um hub internacional para eventos, encontros e negócios em Ciência, Tecnologia e Inovação;
8. Consolidar a **Rede Estadual de Comunicação do Amazonas**, via fibra ótica, inicialmente atendendo aos municípios da área do gasoduto Coari-Manaus e ampliando sua atuação para todo o Estado;
9. Desenvolver programas de competitividade e políticas de incentivos para as Micro e Pequenas Empresas (MPEs) e Empresas de Pequeno Porte (EPPs) comprometidas com as demandas do Polo Industrial de Manaus e com o aproveitamento dos recursos naturais regionais.

POLÍTICA INDÍGENA



15

EDUARDO
BRAGA GOVERNADOR **REBECCA**
GARCIA VICE

8. POLÍTICA INDÍGENA

Ao governar o Amazonas (2003-2010), pudemos compreender a importância de se ter uma política pública que traduzisse a diversidade etnocultural dos cerca de 64 povos do nosso Estado.

O Amazonas é o Estado brasileiro com a maior população indígena. Em 2010, os indígenas correspondiam a 0,47% do total de brasileiros, com 896.917 habitantes. A Região Norte corresponde a 2,63%, sendo 324.836 habitantes. No Amazonas, os indígenas representam 5,27% da população, com 183.514 habitantes (FONTE: IBGE, 2010).

À época, o governo estadual contava em sua estrutura administrativa com a Fundação Estadual dos Povos Indígenas - FEPI, que já mantinha uma política voltada para essas comunidades. Porém, com o diálogo permanente com esses diferentes povos, compreendemos a necessidade de avançar e criar uma secretaria específica para os povos indígenas, com o diferencial de ser comandada por um indígena.

Com essas premissas, instituímos a Secretaria de Estado para Povos Indígenas - SEIND, como órgão da administração direta do Poder Executivo, criada pela Lei N.º 3.403, de 7 de julho de 2009, com a finalidade de formular, executar e implementar a política de etnodesenvolvimento sustentável e a preservação de valores culturais e históricos, definidos e aprovados pelo Conselho Estadual dos Povos Indígenas.

A criação da nova pasta foi anunciada em data emblemática, dia 19 de abril de 2009, Dia do Índio, em São Gabriel da Cachoeira (a 858 km de Manaus), com foco no desenvolvimento sustentável e na geração de trabalho e renda, aliados à conservação ambiental. Os projetos e ações visaram beneficiar os indígenas do Estado com respeito à identidade e à autonomia de cada povo.

Criamos, de forma inédita, instrumentos que viabilizaram aos povos indígenas o acesso diferenciado a créditos e financiamentos dos diversos setores, por meio da Agência de Fomento do Estado do Amazonas - AFEAM.

Instituímos o Programa Amazonas Indígena, com o objetivo de garantir condições de segurança alimentar, geração de renda, direitos a cidadania, conservação e uso sustentável dos recursos naturais em terras indígenas, preservação, reconhecimento e valorização das culturas dos povos indígenas do Estado do Amazonas.

Porém, o que vemos após todas essas conquistas é o enfraquecimento dessa política pública. Pouco se avançou na consolidação da SEIND e nas políticas de geração de renda. Este contingente populacional de quase 200.000 pessoas, extremamente diversificado e rico em termos culturais, demanda ações específicas e enérgicas do Poder Público, especialmente nas áreas de Educação, Saúde e Geração de Renda.

No campo da Educação os avanços são insignificantes. Em todo o Amazonas, existem apenas 36 escolas estaduais indígenas, que oferecem o segundo segmento do ensino fundamental

(do 5º ao 9º ano) e o ensino médio, atendendo a 6.969 crianças e jovens (fonte: SEDUC/2013).

Também criamos o sistema de cotas para indígenas na Universidade do Estado do Amazonas.

Precisamos fortalecer as políticas de ensino nos três níveis: Fundamental, Médio e Superior, baseadas em programas específicos e considerando as peculiaridades étnicas, as necessidades das comunidades e povos, as práticas educacionais indígenas, em conformidade aos instrumentos legais de respeito à diversidade cultural.

Quanto à Saúde, precisamos intensificar as políticas voltadas a ações e programas preventivos, de fortalecimento, reconhecimento e valorização do uso da medicina tradicional, assim como programas de formação de recursos humanos indígenas. Avanços precisam ser dados no reconhecimento e valorização do uso e costumes tradicionais, além do fortalecimento dos conselhos locais de saúde indígena.

Por fim, a área cultural precisa resgatar as políticas de valorização, divulgação, fortalecimento e reconhecimento da diversidade cultural e dos direitos dos povos indígenas do Estado do Amazonas.

DIRETRIZES

- Tornar o Amazonas referência em Políticas Públicas Indígenas no Brasil;
- Ampliação dos programas educacionais nos diferentes níveis para a População Indígena;
- Fortalecimento das atividades produtivas indígenas sustentáveis, respeitando as potencialidades e identidade dos diferentes povos;
- Cooperação institucional com as organizações indígenas.

AÇÕES DE POLÍTICA INDÍGENA

1. Gerar trabalho e renda para os povos indígenas com projetos econômicos agroflorestais, de artesanatos, de pesca e piscicultura, estimulando o manejo dos recursos pesqueiros, de acordo com os seus conhecimentos;
2. Instituir programas de formação de profissional indígenas nos níveis Médio e Superior;
3. Criar uma política linguística para elaboração e publicação de materiais didáticos e literários, específicos para os diferentes povos;
4. Apoiar a ampliação e reestruturação da infraestrutura física e administrativa das unidades de Educação Escolar Indígena;
5. Implantar Programa de Merenda Escolar Regional Diferenciada para escolas indígenas, com base em seus costumes e tradições;
6. Criar o **Centro de Educação Superior Indígena**, no Alto Rio Negro, capacitando gradativamente os docentes indígenas para serem absorvidos pelo Centro;
7. Criar espaços para a divulgação da cultura indígena na Capital e no Interior, bem como campanha de divulgação e fortalecimento da diversidade étno-cultural do Estado.

CULTURA



15

EDUARDO
BRAGA GOVERNADOR **REBECCA**
GARCIA VICE

9. CULTURA

Entre 2003 e 2009, criamos e desenvolvemos, na área da Cultura, diversos programas e projetos, espaços culturais, eventos de nível nacional e internacional. Firmamos parcerias com a iniciativa privada, quebrando o paradigma equivocado que coloca o Estado como o único e exclusivo financiador da cultura.

Nesses sete anos, o povo participou e aplaudiu os espetáculos, programas e projetos. Implantamos novos espaços culturais com o objetivo de proporcionar a melhoria da qualidade de vida, lazer e entretenimento gratuito à população. O Estado passou de 29 espaços culturais no início de 2003 para 47 em 2009, atendendo uma média de 1.500.000 de pessoas/ano.

Na área do Patrimônio Histórico, Manaus ganhou o complexo cultural do Palacete Provincial, antigo Comando da Polícia Militar. Outro marco importante foi a reforma da sede da Academia Amazonense de Letras, totalmente restaurada pelo Programa Manaus Belle Époque.

No total, esse programa revitalizou 60 espaços, a exemplo da restauração da antiga residência do ex-governador Eduardo Ribeiro, conforme os referenciais do ano de 1900, a Biblioteca Pública e o Palácio Rio Branco, importante prédio do período áureo da borracha.

Por meio do Liceu de Artes e Ofícios Cláudio Santoro, investimos na execução de ações voltadas à formação e ao aperfeiçoamento profissional em arte e educação, desenvolvimento do potencial artístico e intelectual de crianças e jovens. E com o Programa Jovem Cidadão, mantivemos os alunos da rede estadual de ensino na escola no contraturno, com ações de formação artística.



No entanto, nos anos seguintes, a política cultural do Estado restringiu-se, basicamente, à realização de megaeventos na Capital.

O principal gargalo da área da Cultura do Amazonas é a centralização da política cultural em Manaus. As exceções têm sido os municípios de Parintins, por meio dos bois bumbás, e Manacapuru, com o Festival das Cirandas. Recentemente, Parintins foi contemplada com a implantação de unidade do Liceu de Artes Cláudio Santoro, instalada no bumbódromo – e este é um exemplo de como o Governo do Estado deveria tratar os municípios do Interior.

Percorremos, nos últimos meses, as calhas do Amazonas e visitamos quase todos os municípios do interior. O que vimos foi um movimento pujante, com festivais folclóricos ricos em criatividade e representativos da identidade cultural do nosso povo. Existe, pois, urgente necessidade de interiorização das políticas públicas na área da Cultura.

DIRETRIZES

- Levar eventos da Agenda Cultural ao Interior e desenvolver as diversas atividades culturais nos municípios;
- Desenvolvimento da Cultura como instrumento de resgate social, de geração de trabalho e renda e de afirmação da identidade do povo amazonense;
- Aperfeiçoar o modelo de gestão de projetos e dos equipamentos culturais, fortalecendo as instâncias de participação popular, tendo em vista ao efetivo atendimento das demandas da sociedade;
- Aprofundar a correlação entre Cultura e Educação;
- Proteger a memória e o patrimônio cultural amazonense.

AÇÕES PARA A CULTURA

1. Criar o **Museu do Desenvolvimento Econômico e Sustentável**, no Centro Cultural Povos da Amazônia, utilizando tecnologia multimídia para apresentar a ocupação territorial, a diversidade étnico-cultural, o Modelo Zona Franca de Manaus e a conservação da biodiversidade do Amazonas;
2. Implantar o **Minha História, Nossa Vida**, projeto de resgate de histórias e tradições, visando ampliar o acesso ao patrimônio tangível e intangível do Amazonas, por meio do registro de depoimentos de pessoas mais idosas sobre a formação histórica das cidades, das manifestações religiosas e das tradições;
3. Gerar novas oportunidades de trabalho e renda no Interior, por meio de cursos e oficinas, em áreas como artesanato, lutheria, marcenaria e carpintaria artística, suprindo as demandas

do meio artístico;

4. Implantar o **Núcleo de Projetos Culturais** para assessorar as prefeituras na elaboração de projetos e na captação de recursos nacionais e internacionais, na Secretaria de Estado da Cultura;
5. Alimentar a memória cultural amazonense, com o registro e a publicação dessas atividades em CDs, DVDs e livros, dos festivais de música, dança, teatro e demais manifestações culturais;
6. Implantar o **Teatro Flutuante**, com apresentações de artes cênicas, música e dança, além de biblioteca, utilizando uma balsa dotada de infraestrutura para circular nos municípios do Interior;
7. Aprovar, regulamentar e implementar a Lei Estadual de Incentivo à Cultura visando ao financiamento das atividades culturais;
8. Implantar, nos bairros e no Interior, a **Arena Cultural**, núcleos descentralizados de cultura, com salas apropriadas para cursos de música, teatro, dança, artes plásticas, cinema, ensaios, além de biblioteca e instrumentoteca, visando à descentralização da formação cultural;
9. Ampliar o Programa de Incentivo à Criação de Salas de Exibição Cinematográfica, com doação de kits compostos por equipamentos de projeção e sonorização para os municípios que não possuem salas de cinema;
10. Realizar em conjunto com os municípios, planos, programas, projetos e ações de desenvolvimento cultural, reconhecendo e valorizando suas próprias identidades culturais;
11. Integrar as políticas de Cultura às de Educação, visando à formação plena do indivíduo;
12. Apoiar a realização das festas populares, como o Boi, a Ciranda, o FECANI, os demais festivais dos municípios e os festejos religiosos.

JUVENTUDE



15

EDUARDO
BRAGA GOVERNADOR **REBECCA**
GARCIA VICE

10. JUVENTUDE

O Amazonas é um Estado jovem. Dados do Censo 2010 do IBGE revelam que, naquele ano, aqui residiam 1.027.830 pessoas de 15 a 29 anos (faixa etária utilizada nacionalmente para definir a Juventude), cerca de 30% do total da população amazonense. Outros 33% são crianças de zero a 14 anos (ou 1.156.013 pessoas).

	POPULAÇÃO	%
ZERO A 14 ANOS	1.156.013	33,2%
15 A 29 ANOS	1.027.830	29,5%
30 A 59 ANOS	1.089.917	31,3%
60 ANOS OU +	210.225	6,0%
TOTAL	3.483.985	100%

Na área das políticas públicas para a Juventude, sempre estivemos na vanguarda. Fomos o primeiro Estado a ter uma Secretaria voltada para a temática jovem: a Secretaria Estadual de Juventude, Esportes e Lazer - SEJEL, criada em 2003. Neste próximo governo, iremos dar maior ênfase aos programas voltados ao desenvolvimento das potencialidades empreendedoras do jovem, e implementar a lei federal 12.852/2013, que trata do Estatuto da Juventude.

No mundo de hoje, a Juventude anseia por oportunidades na vida, o que se traduz por Educação, profissionalização, trabalho e renda, diversidade e igualdade, saúde, cultura, comunicação e liberdade de expressão.

No entanto, o estudo “Relatório do Trabalho Decente”, publicado pela Organização Internacional do Trabalho - OIT em 2012, revela que em 2009 18,4% dos jovens brasileiros entre 15 e 24 anos não estudavam nem trabalhavam. No Amazonas, a situação é ainda mais grave: são 21,4% jovens fora da escola e sem emprego (cerca de 150.000 jovens).

Essa é uma situação da maior gravidade e que receberá especial atenção e empenho de nosso governo. Os programas educativos e de preparação do jovem para o mercado de trabalho serão priorizados, de forma a ajudar os nossos jovens no desenvolvimento de suas potencialidades e a atenuar os efeitos nocivos desta situação.

Expandiremos, no Amazonas, o **ProJovem**, programa federal voltado a este público, que combina de forma inovadora a formação do ensino fundamental com a iniciação profissional e práticas de cidadania, além de inclusão digital.

Com o *ProJovem*, iremos promover a reinserção dos jovens no processo de escolarização, a identificação de oportunidades de trabalho e a capacitação dos jovens para o mundo do trabalho. Nosso governo incentivará a participação dos jovens em ações coletivas de interesse público e promoverá a inclusão digital como instrumento de inserção produtiva e de comunicação, além de ampliar o acesso dos jovens à cultura e ao esporte.

Outra contribuição que nosso governo dará à Juventude será traduzida numa ação de orientação vocacional ao jovem. A decisão em relação a qual atividade seguir começa geralmente no Ensino Médio. É aí que iniciam os questionamentos sobre qual será a profissão escolhida. Por conta das inúmeras possibilidades e dos anseios pessoais, esta se torna uma decisão difícil para uma pessoa que está ainda no processo de formação da sua personalidade. Muitos já possuem uma predileção desde pequenos, outros ficam em dúvida entre uma ou outra profissão. Há também os que não fazem a mínima ideia de qual carreira irá seguir.

Essa orientação será disponibilizada desde o primeiro ano do Ensino Médio, por equipes multidisciplinares que irão atuar em todas as escolas estaduais.



DIRETRIZES

- Promoção das políticas públicas da Juventude, pelos diversos órgãos do Governo do Estado, como SEDUC, SEJEL, SEC e outros;
- Desenvolvimento de ações com o objetivo de promover a plena cidadania do jovem, de estímulo à criatividade e à capacidade empreendedora do jovem, de forma a viabilizar a sua inserção no mercado de trabalho;
- Assegurar o direito à profissionalização, ao trabalho e à renda do jovem.

AÇÕES PARA A JUVENTUDE

1. Implantar o **Centro de Referência de Juventude**, espaço destinado a atividades esportivas, culturais e educativas, incluindo um Núcleo de Empreendedorismo Jovem – espaço destinado a cursos, palestras, orientação profissional, divulgação de oportunidades de trabalho e empreendedorismo, com oferta de linha de crédito para a abertura de negócio próprio, promovendo o associativismo e o cooperativismo, em parceria com o SEBRAE e a AFEAM;
2. Implantar o **Portal da Juventude** - canal de comunicação onde serão disponibilizados serviços oferecidos pelo Governo do Amazonas, bem como outros sites de interesse da Juventude;
3. Implantar nas escolas do ensino médio o **Programa de Desenvolvimento Vocacional**, visando apoiar os jovens na descoberta de suas aptidões e vocações, e orientá-los na decisão sobre a carreira profissional a seguir;
4. Implantar **Projeto Conhecendo o Amazonas**, destinado ao recrutamento de jovens nas universidades para que desenvolvam, durante as férias, trabalhos voluntários em vários municípios do Amazonas, nas suas áreas de estudo. A idéia é oferecer a esses estudantes a oportunidade de conhecer a realidade amazônica e de contribuir para o desenvolvimento social e econômico do Brasil;
5. Implantar o **Programa Juventude Sem Drogas**, por meio de eventos culturais, sociais e educativos que promovam ações de conscientização.
6. Implantar o **Projeto Cultura na Escola**, visando à interação e integração de alunos da rede pública aos centros históricos e culturais, despertando aptidões artísticas que possam contribuir para a propagação da cultura regional e a descoberta de novos talentos;
7. Estabelecer marco regulatório da Política Estadual de Juventude Amazonense, e fortalecer a atuação do Conselho Estadual de Juventude - CEJAM e do Comitê de Gestão de Políticas Públicas da Juventude;
8. Elaborar o **Plano Estadual da Juventude** com a finalidade de propor políticas públicas que respondam aos anseios juvenis e que garantam sua transversalidade no processo social, político, econômico e cultural do Amazonas;

ESPORTE E LAZER



15

EDUARDO
BRAGA GOVERNADOR

REBECCA
GARCIA VICE

11. ESPORTE E LAZER

No período de 2003 a 2009, priorizamos programas e projetos que tiveram como objetivo a inserção social de jovens, adultos e idosos por meio do Esporte. Entre outros, implantamos o Segundo Tempo, que trabalha a prática esportiva como instrumento educacional, buscando o desenvolvimento de crianças e adolescentes entre 7 e 17 anos; o Bom de Bola, voltado ao desenvolvimento da prática esportiva comunitária de futebol de campo; o Jovem Cidadão, que oferece aos alunos das escolas públicas estaduais de Manaus, no contraturno escolar, atividades desportivas diversas como estratégia de prevenção à violência; além de ampliar o Galera Nota Dez, que presta atendimento a adolescentes e jovens em situação de risco pessoal e social.

Desde então, não surgiram novos projetos de grande alcance social. Hoje, constata-se que os principais entraves ao desenvolvimento do Esporte no Amazonas são ausência de políticas públicas para a promoção do desporto de base e comunitário pelo poder municipal; o baixo investimento no Esporte de Alto Rendimento; e a baixa qualificação dos profissionais de Educação Física para atendimento ao Paradesporto, bem como infraestrutura deficitária nessa área.

Em 2007, conquistamos o privilégio de nos tornar uma das sedes da Copa do Mundo FIFA 2014. Com isso, viabilizamos a implantação de novas infraestruturas para a prática esportiva. Ao sair do governo, em 2010, deixamos todos os projetos executivos prontos e os recursos financeiros captados para a realização das obras. Hoje, a Arena Amazônia, o Estádio da Colina e o Centro de Treinamento Carlos Zamith (no Coroadinho) são uma realidade, favorecendo a atração de grandes eventos esportivos e culturais e gerando novas oportunidades para o desenvolvimento do esporte em nosso Estado.

DIRETRIZES

- Garantia de acesso ao Desporto e ao Lazer em todo o Estado, como parte de uma política estadual de promoção do bem-estar social;
- Formação continuada de professores e técnicos do Desporto;
- Ampliação da representatividade de atletas amazonenses no cenário esportivo nacional e internacional;

AÇÕES PARA O ESPORTE E O LAZER

1. Implantar o **Programa Bolsa Atleta**, visando atender atletas que tenham obtido destaque em modalidades olímpicas na fase escolar, de nível intermediário e de alto rendimento.
2. Implantar **Projeto Bom de Luta, Bom de Escola**, com objetivo de preparar estudantes (Infantil e Juvenil) das lutas de Jiu-Jitsu, Judô, Taekwondo, Muay Thai, Caratê, Boxe e Luta Olímpica, visando desenvolver suas habilidades motoras, bem como aumentar o poder de concentração e capacidade de assimilação nos estudos;
3. Ampliar as “Academias ao Ar Livre” e implantar atividades físicas orientadas, visando estimular a prática de atividades saudáveis na Capital e no Interior;
4. Agregar ao **Centro de Referência da Juventude**, espaço para Esportes Radicais, como: skate, patins, BMX, “slack-line” e outros;
5. Implantar o **Projeto Jogos da Floresta** desenvolvendo o intercâmbio social desportivo entre os atletas amadores de 15 a 17 anos, estabelecendo um elo entre a comunidade e o poder público, estimulando assim o surgimento de novos valores no panorama desportivo municipal, estadual e nacional;
6. Desenvolver **Programa de Revitalização do Futebol Amazonense**, visando ao fortalecimento dos clubes e à descoberta de novos talentos, aproveitando a paixão do amazonense pelo futebol e a nova infraestrutura instalada;
7. Incentivar o desenvolvimento do futebol do Amazonas, mediante a formação de equipes em categorias de base nas faixas etárias de 12 a 14 e de 15 e 17 anos, com realização de campeonatos anuais, em parcerias com os clubes profissionais, a Federação de Futebol e a iniciativa privada;
8. Implantar **Projeto Amazonas Saudável**, em parceria com a SEDUC, visando aumentar a participação dos estudantes da rede pública na prática de modalidades olímpicas e atividades físicas orientadas, além da redução do índice de sedentarismo e o aumento da representatividade de atletas amazonenses no cenário esportivo nacional;
9. Apoiar a legalização de clubes e de associações desportivas;
10. Implantar o **Projeto Tradições Desportivas e Culturais dos Povos Indígenas**, por meio da realização de competições das modalidades próprias de cada localidade, como Arremesso de lança, Arco e Flecha, Canoagem, Atletismo, Luta corporal, Zarabatana, Futebol, Mergulho, Trepar em Açaizeiro, Corrida com Tronco e outras;
11. Utilizar, no período noturno e nos finais de semana, a infraestrutura esportiva das escolas para o desenvolvimento de atividades físicas, desportivas e lúdicas que contribuam para o

desenvolvimento de hábitos saudáveis e esportivos;

12. Fortalecer e ampliar o atendimento a pessoa idosa, por meio do **Projeto Vidativa**, oferecendo atividades desportivas, lúdicas, dança de salão, teatro, bem como apoio psicossocial;

13. Implantar **Projeto Remo e Canoagem**, visando resgatar os jovens e adolescentes em estado de risco social, por meio das atividades esportivas;

14. Otimizar o uso da Arena da Amazônia, promovendo uma articulação local, nacional e internacional para a garantir o aproveitamento de suas múltiplas utilidades, consolidando-a como um polo de atração turística.



MEIO AMBIENTE



15

EDUARDO
BRAGA GOVERNADOR

REBECCA
GARCIA VICE

12. MEIO AMBIENTE

O Amazonas tem todas as condições de voltar a ser uma referência global na conservação das florestas, ao mesmo tempo em que melhora a qualidade de vida da população e promove avanços econômicos. Precisamos de uma política de desenvolvimento sustentável que concilie o crescimento da economia com a conservação ambiental, alinhando o saber tradicional ao conhecimento científico e tecnológico.

É fundamental compreender a sustentabilidade como algo que aumenta a competitividade econômica e aumenta o bem estar das pessoas, além de respeitar o meio ambiente. Não é um obstáculo para o progresso, mas sim a melhor opção para o futuro do Amazonas. Com esse sentido, iremos promover o desenvolvimento sustentável de forma transversal em todos os setores do governo.

Nas áreas urbanas é necessário retomar nosso planejamento para o saneamento dos igarapés por meio do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus - PROSAMIM. Infelizmente este trabalho não teve a continuidade prevista no seu projeto original. Vamos retomar e atualizar esse projeto. A próxima etapa envolverá a despoluição das águas e a restauração ecológica das nascentes e margens de igarapés com corredores ecológicos. É fundamental complementar o PROSAMIM com a arborização urbana e a boa gestão de parques e áreas verdes para melhorar a qualidade de vida em Manaus e no Interior.

Vamos apoiar e incentivar o setor privado a investir no uso de novas tecnologias sustentáveis, como a energia solar e os sistemas para captação de água das chuvas e tratamento de resíduos, com especial atenção para os prédios públicos e grandes obras de infraestrutura, condomínios residenciais, shoppings e grandes consumidores.

Em 2007 sancionamos a primeira Lei Estadual de Mudanças Climáticas. Infelizmente esse trabalho não contou com o apoio da atual gestão e regredimos. Nossa compromisso é retomar esta agenda e fazer com que a valorização dos serviços ambientais se reverta em riqueza para o Amazonas.

Ainda falta muito a ser feito. É necessário apoiar os municípios na implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, pois 92% dos municípios do Amazonas depositam os resíduos sólidos no solo sem nenhum tipo de tratamento. O resultado é o mau cheiro, a proliferação de insetos e animais e o impacto visual, além do desrespeito à legislação. A população de urubus aumenta a cada dia, colocando em risco os passageiros que viajam de avião para o Interior, sendo a causa para o fechamento de vários aeroportos.

Vamos trabalhar para corrigir os problemas que a atual gestão não quis ou não soube resolver nessa área tão estratégica:

- Fraco estímulo à geração de empregos com base na produção de madeira manejada e produtos florestais do extrativismo;

- Licenciamento ambiental burocratizado e baixa incorporação de tecnologias modernas para o monitoramento e fiscalização ambiental;
- Perda de oportunidades de agregação de valor aos produtos e serviços ambientais do Amazonas;
- Baixa transversalidade da agenda ambiental nas ações do governo e municípios.

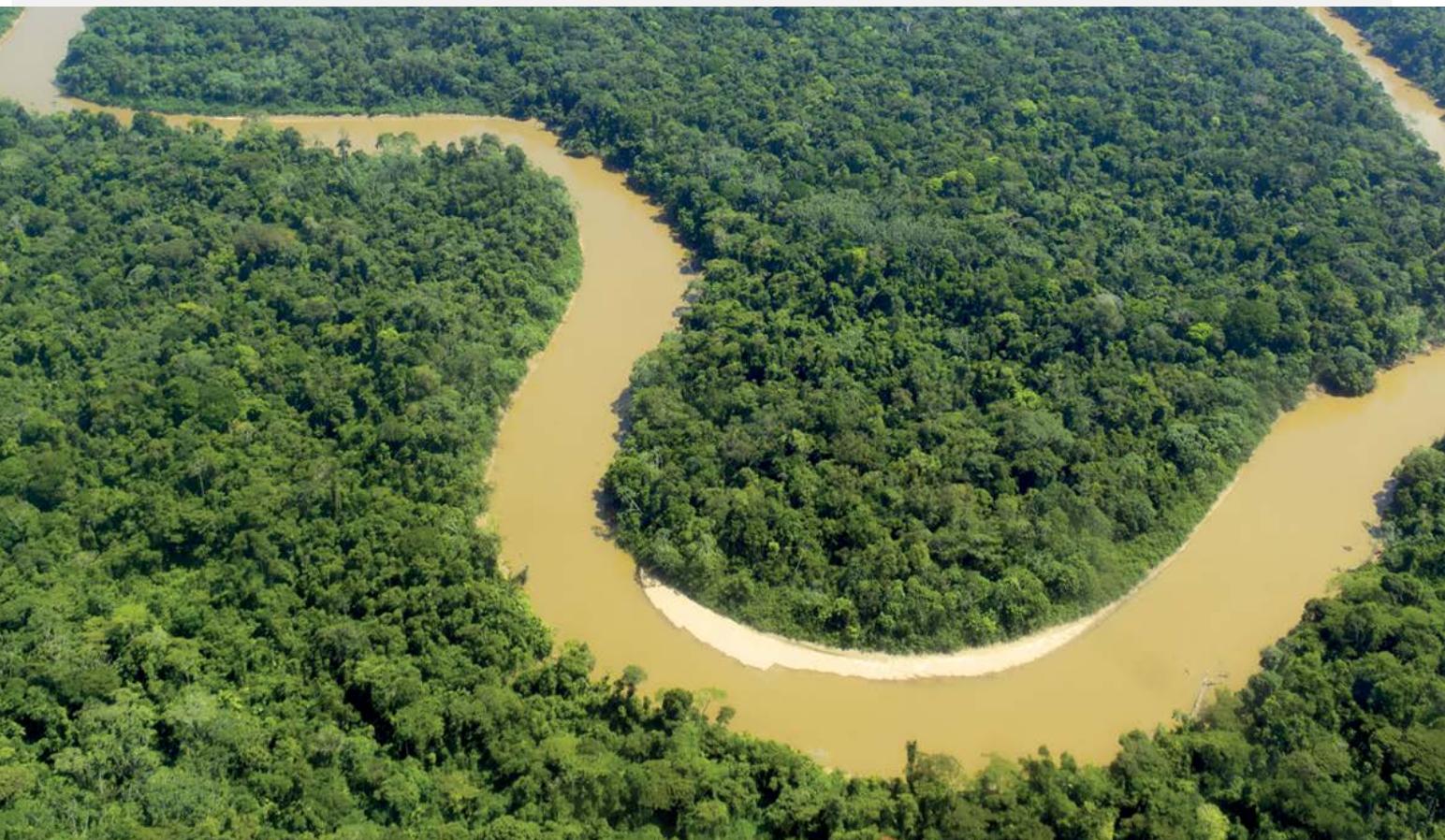
DIRETRIZES

- Recuperação da liderança e do protagonismo do Amazonas na esfera nacional e internacional na área do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável;
- Gerar riqueza para o Estado e trabalho e renda para a população por meio da transformação dos ativos ambientais, em especial a biodiversidade e os serviços ambientais do Amazonas;
- Ampliação da participação da sociedade civil organizada, dos órgãos municipais e setor privado na construção e implementação das políticas públicas, visando ao fortalecimento do Sistema de Gestão Ambiental do Estado;
- Fomentar a economia rural e urbana com a desburocratização e modernização do licenciamento ambiental;
- Sanejar igarapés e áreas verdes melhorando a qualidade do ambiente urbano.

AÇÕES PARA MEIO AMBIENTE

1. Promover a regularização fundiária nas áreas protegidas com modelo diferenciado, assegurando o uso da terra aos moradores das UCs;
2. Ampliar a participação da sociedade civil organizada, dos órgãos municipais e do setor privado na construção e implementação das políticas públicas estaduais;
3. Expandir o ***Programa Bolsa Floresta*** para todas as Unidades de Conservação de Uso Sustentável do Amazonas (UCs), bem como apoiar ações voltadas para educação profissionalizante e fomento ao crédito;
4. Implantar programa para viabilizar o pagamento, à população do Amazonas, por serviços socioambientais pelas atividades de recuperação, manutenção e melhoria dos ecossistemas, atraindo recursos internacionais e nacionais;
5. Implementar a ***Política Estadual de Resíduos Sólidos***, apoiando as prefeituras para a melhor gestão dos resíduos urbanos;

6. Viabilizar a cadeia produtiva de produtos florestais, por meio de incentivos econômicos, acesso a crédito e promoção de negócios sustentáveis;
7. Criar o **Instituto de Conservação e Clima - ICC**, visando ao fortalecimento das ações socioambientais dos moradores das áreas protegidas, a efetiva implementação da Política Estadual de Mudanças Climáticas; bem como apoiar estudos sobre o papel da Floresta Amazônica no clima regional e mundial, permitindo uma melhor compreensão dos impactos ambientais, sociais e econômicos na região, no país e no mundo;
8. Modernizar o sistema de licenciamento ambiental, implantando o gerenciamento de processos online com o uso de ferramentas da internet. Reduzir a burocracia estabelecendo metas, assegurando maior agilidade nos processos de licenciamento;
9. Implantar o **Programa Pro-Comunidades**, voltado para as comunidades ribeirinhas fora das unidades de conservação, em parceria com as prefeituras municipais, incrementando a infraestrutura comunitária;
10. Incentivar a implantação de **Aquário Temático** para visitação pública, visando divulgar a rica diversidade de peixes, seus diferentes ecossistemas e demais espécies aquáticas amazônicas;



PRODUÇÃO RURAL



15

EDUARDO
BRAGA GOVERNADOR

REBECCA
GARCIA VICE

13. PRODUÇÃO RURAL

O Amazonas se destaca como um celeiro de biodiversidade mundial capaz de gerar riquezas a partir do seu patrimônio natural, muito além da sua forte economia industrial. Nosso desafio é alinhar necessidades de consumo e de produção com o uso sustentável dos recursos naturais (minério, água, florestas, petróleo, gás natural, e outros).

Porém, muitos são os entraves no setor produtivo, como a baixa capacidade de gestão, de planejamento estratégico e de captação de recursos nacionais e internacionais, além de:

- Baixo acesso do cidadão à Regularização Fundiária;
- Burocratização do Licenciamento Ambiental nas áreas rurais;
- Dificuldade de acesso ao crédito rural e baixa capilaridade da rede bancária no Interior;
- Reduzida prestação de serviços de assistência técnica aos produtores;
- Baixa incorporação de tecnologias no setor produtivo;
- Baixo nível de organização dos produtores da agricultura familiar em grupos formais (associações e cooperativismo);
- Deficiência na infraestrutura dos ramais de transporte, inviabilizando o escoamento da produção;
- Muitos intermediários nas cadeias produtivas e na comercialização dos produtos;
- Ausência de dados agropecuários confiáveis, que impedem o planejamento agropecuário e o Zoneamento Ecológico Econômico - ZEE;

Outro fator que não pode ser esquecido são os efeitos decorrentes das enchentes, situação que atinge a produção rural, ocasionando prejuízos econômicos aos mais de 150 mil produtores. Atuaremos no sentido de minimizar os reflexos negativos para o setor.

O Amazonas é o Estado com a maior produção pesqueira de água doce do Brasil. O peixe é a mais importante fonte de proteína animal para imensa porção da população, principalmente para os ribeirinhos. Mais de 150.000 pessoas dependem diretamente deste recurso para sua sobrevivência, e um número similar, indiretamente. Contudo, o setor tem sido negligenciado ao longo do tempo. Dar importância às melhorias e ao desenvolvimento tecnológico será o foco de nossas ações para a pesca e a piscicultura.

É preocupante constatar a diminuição da produção em algumas cadeias produtivas estratégicas nos últimos cinco anos, caso do guaraná, da banana, das fibras, da mandioca e da borracha.

Faremos gestão junto à SUFRAMA, SUDAM e demais órgãos do Governo Federal para viabilizar financeiramente os programas e projetos prioritários, além de ampliar a cooperação com organismos multilaterais (BID, Banco Mundial e outros).

O escoamento da produção será garantido com a recuperação das estradas vicinais que irão constituir os “cinturões verdes”. Asfaltaremos as vias de maior produção e colocaremos piçarra naqueles de menor produção.

DIRETRIZES

- “Plantar aqui o que consumimos aqui” – redução da dependência externa de alimentos pelo Amazonas;
- Desburocratização do licenciamento ambiental para agilizar a economia rural;
- Aceleração dos processos de regularização fundiária e ambiental;
- Elevação dos recursos orçamentários do Setor Primário;
- Apoio ao escoamento da produção rural, realizando a recuperação das estradas vicinais;

AÇÕES PARA A PRODUÇÃO RURAL

1. Acelerar a regularização fundiária e ambiental das propriedades rurais, implantando centros multifuncionais (IPAAM/ITEAM/IDAM) em áreas estratégicas no Interior;
2. Assegurar assistência técnica agropecuária, florestal e pesqueira e ampliar o quadro de profissionais extensionistas do IDAM para garantir produtividade, retorno social, econômico e ambiental;
3. Garantir a elevação do orçamento do Setor Produtivo, estabelecendo uma gestão por cumprimento de metas;
4. Construir unidades armazenadoras certificadas, garantindo a compra e estocagem da produção agrícola em momentos de safra;
5. Criar unidade de produção e beneficiamento de semente de juta e malva e ampliar a subvenção aos juticultores, bem como investir em aprimoramento tecnológico da atividade;
6. Priorizar a agricultura familiar nas compras regulares dos órgãos do governo estadual (escolas, restaurantes universitários, presídios, hospitais, militar e outros);
7. Priorizar a produção local de milho, reduzindo a dependência da importação de outros Estados, utilizando as pesquisas e tecnologias disponíveis;

- 8.** Criar no IDAM o **Núcleo Estatístico Agropecuário, Florestal e Pesqueiro**, para assegurar o levantamento sistemático de dados da economia rural, em articulação com os municípios, visando subsidiar o planejamento agropecuário do Estado;
- 9.** Construir **Parque de Exposição Agropecuária “Eurípedes Ferreira Lins”**, com o **Espaço da Biodiversidade Samuel Benchimol** em anexo, incluindo a construção de unidades demonstrativas, e apoiando a realização de exposições e feiras agropecuárias no Amazonas;
- 10.** Implantar o **Via Verde**, um programa com ações de recuperação das estradas vicinais e melhoria das hidrovias fluviais e portos comunitários para apoiar o escoamento da produção rural;
- 11.** Desonerar o ICMS dos insumos agropecuários e florestais, e de veículos utilitários para transporte da produção;
- 12.** Implementar programa de capacitação continuada para os profissionais do Sistema SEPROR/IDAM na inovação tecnológica agropecuária, florestal e pesqueira, em parceria com as instituições de ensino e pesquisa locais, nacionais e internacionais, ofertando vagas para as Secretarias Municipais de Produção Rural;
- 13.** Atrair agroindústrias para atuar com prioridade nos produtos tradicionais da economia do Amazonas, inclusive por meio da ampliação de certificações;
- 14.** Promover o cooperativismo e o associativismo da agricultura familiar, apoiando a comercialização nos âmbitos municipal, regional, estadual e nacional, inclusive nos mercados institucionais;
- 15.** Implantar feiras da agricultura familiar no Interior, principalmente nos municípios que tenham a presença das Forças Armadas;
- 16.** Implantar **Centrais de Comercialização dos Produtos da Agricultura Familiar**, organizadas em rede, com representação de produtores, visando à agregação de valor ao produto e preço justo ao consumidor;
- 17.** Concluir o Zoneamento Econômico Ecológico (ZEE) do Amazonas e iniciar, em parceria com a EMBRAPA, o Zoneamento Agrícola de Risco Climático – ZARC;
- 18.** Fortalecer o **Programa de Subvenção Estadual**, priorizando os produtos regionais já incluídos na Política de Garantia de Preços Mínimos do Governo Federal, como piaçava, cacau e castanha;
- 19.** Implantar o **Programa Plantar o Futuro**, por meio de módulos de produção de culturas regionais frutíferas e florestais, visando à geração de renda das famílias rurais e recuperação de áreas degradadas;

20. Fomentar a instalação de industrias de aproveitamento de resíduos de pescados para a produção de ração e fertilizantes, bem como articular com a FAPEAM o desenvolvimento de pesquisas para o uso de produtos regionais como ração para peixes;

21. Atrair, para Itacoatiara, indústria esmagadora e processadora de soja, para produção do farelo, visando à sua utilização na criação de animais;



**INFRAESTRUTURA, LOGÍSTICA
E TURISMO**



15

EDUARDO
BRAGA GOVERNADOR **REBECCA**
GARCIA VICE

14. INFRAESTRUTURA, LOGÍSTICA E TURISMO

Por conta da deficiência no planejamento e da incapacidade de gestão do Governo do Estado nos últimos cinco anos, pouco se avançou em matéria de infraestrutura e logística nesse período. Os principais entraves ao desenvolvimento socioeconômico que se verificam hoje são:

- Infraestrutura portuária deficiente;
- Deficiência da malha viária da Capital, o que dificulta o tráfego de pessoas e de cargas, resultando desperdício de tempo e dinheiro;
- Ausência de um sistema de transporte de passageiros de alta capacidade na Região Metropolitana;
- Déficit de infraestrutura rodoviária no Interior, prejudicando o escoamento da produção rural e o deslocamento de pessoas;
- Alto custo da aviação regional, por conta das deficiências na infraestrutura aeroportuária;
- Déficit de habitações apropriadas para a população de baixa renda, tanto na Capital como no Interior;
- Baixo acesso à internet e a outras formas de telecomunicação, principalmente no Interior;
- Infraestrutura de saneamento básico altamente deficiente, tanto no que se refere à coleta e ao tratamento do esgoto, quanto à coleta e disposição final de resíduos sólidos e ao despejo de poluentes em rios e igarapés.

Programas como o PROSAMIN, que já se encontra em sua terceira etapa, representam um salto de qualidade nos ambientes urbanos do Estado do Amazonas. O novo desafio é integrar o saneamento básico nestes programas.

Os planos de transportes aeroviário, rodoviário, infoviário e hidroviário necessitam de integração urgente para oferecer um ambiente propulsivo e gerencial de qualidade neste setor, integrando um Plano Multimodal do Amazonas. Portos, estradas, rodoviárias e aeroportos passam a representar vetores de indução de desenvolvimento importantes para o futuro de todas as regiões do Estado.

Os portos regionais precisam ser finalizados e integrados com outras atividades econômicas em cada município. Em Manaus, o fomento a novos portos de carga que facilitem a operação e a dinâmica de transporte de cargas, especialmente no Distrito Industrial, passam a representar um desafio inadiável para reduzir o “custo Manaus” neste importantíssimo setor da atividade econômica.

As redes de comunicação de dados, telefônica fixa e celular, internet em banda larga são realidades que precisam oferecer mais qualidade. Com a chegada do cabo de fibra ótica pelo Linhão de Tucuruí, a internet, especialmente, possibilitará o surgimento de novos negócios para alguns municípios, como a criação de uma grande central de telemarketing para atender empresas e órgãos públicos de todo o estado.

O transporte coletivo é um dos maiores entraves ao desenvolvimento urbano da Capital, travando o avanço econômico de regiões periféricas. O enorme volume de congestionamentos diários impactam negativamente no PIB de Manaus. Projetos práticos e eficientes, como a implantação de um sistema de semáforos inteligentes e a mudança no sentido do fluxo de algumas vias principais da cidade, são alternativas para melhorar o nosso trânsito.

A abertura de novas vias, planejadas há mais de dez anos, devem ser implantadas sempre conjugadas a vias de transporte coletivo de alta capacidade, integrando diversas áreas da cidade ainda hoje descontínuas. A evolução para o transporte sobre trilhos é inadiável, e deve consolidar a multimodalidade – solução adotada também nas maiores cidades do mundo.

Os programas habitacionais estarão integrados aos planos de transporte visando promover o crescimento harmônico da Capital com infraestrutura de serviços de qualidade, atendendo as classes trabalhadoras aproximando as pessoas, sempre que possível, aos seus locais de trabalho.

No Interior, os programas habitacionais precisam sinalizar a ocupação racional do solo urbano, facilitando acesso aos serviços públicos. Especialmente no Interior, o uso de geração de energia renovável, com destaque para a energia solar, passará a ser uma opção preferencial.

As obras públicas precisam ter seus cronogramas acompanhados com as outras áreas de atividade para que os novos equipamentos possam iniciar suas atividades assim que tiverem suas obras finalizadas.

Turismo

Acreditando que a atividade do Turismo é estratégica para a sustentabilidade dos recursos naturais e para a valorização da cultura local, criamos, em 2003, a Empresa Estadual de Turismo do Amazonas – AMAZONASTUR, com a missão de implantar a Política Estadual de Turismo Sustentável.

Priorizamos as ações voltadas à melhoria da infraestrutura turística, ao desenvolvimento de estudos, pesquisas e inventários, e à capacitação de profissionais para o setor. Como resultado, observou-se o crescimento do número de hotéis urbanos e de selva e de agências de turismo e operadores de pesca, bem como o aumento no fluxo de turistas nos cruzeiros marítimos e nas temporadas de pesca esportiva.

Bases foram criadas para a regularização de guias e condutores de Turismo, incluindo o oferecimento de cursos de qualificação, sem esquecer dos moradores de comunidades

ribeirinhas, capacitados para o Turismo Comunitário, melhorando a qualidade dos serviços e ampliando a geração de empregos para todos os municípios. A marca Amazonas passou a ser protagonista em eventos nacionais e internacionais.

Porém, a atividade de turismo foi enfraquecida no Amazonas. Hoje, temos dificuldade na captação de turistas. Um exame da nossa grade de voos para o exterior mostra que a disponibilidade de assentos é insuficiente para gerar um volume expressivo de novos visitantes. O mesmo raciocínio se aplica a segmentos como o de cruzeiros de longo curso: as condições operacionais ao longo do trajeto pelo Rio Amazonas impedem o crescimento dessa atividade.

Os municípios deixaram de ser estimulados a promover negócios turísticos.

É necessário ampliar as oportunidades de negócios e de geração de trabalho e empreendedorismo na agenda turística na Capital e no Interior.

A infraestrutura do Porto de Manaus está obsoleta para receber com conforto e segurança os navios de cruzeiros. O terminal fluvial de passageiros para receber os viajantes que embarcam/desembarcam do Interior está em condições precárias.

Os aeródromos do Interior precisam ser revitalizados. Em parceria com o Governo Federal, atuaremos fortemente para que tenham condições de homologação, certamente uma das ações estruturantes para alavancar o turismo no Interior.

Por fim, ressaltamos que a Copa do Mundo trouxe ao Amazonas a certeza de que o turismo é uma atividade com enorme potencial. A hospitalidade do povo amazonense foi elogiada por todos os visitantes, brasileiros e estrangeiros, que por aqui passaram. Nunca duvidamos disso. Atuaremos para desenvolver o Polo Turístico do Amazonas, como estratégia para alavancar o desenvolvimento da economia do Estado e para ampliar a inclusão social.

DIRETRIZES

- Irradiar o desenvolvimento econômico do Estado, integrando os modais de transporte - rodoviário, portuário, aeroportuário e hidroviário - visando reduzir custos e elevar a competitividade dos bens e serviços;
- Melhorar a mobilidade urbana em Manaus, oferecendo transporte de massa e implantando vias estruturantes;
- Fortalecer a infraestrutura de apoio à produção, visando ao aumento da atividade econômica e à geração de novas oportunidades de trabalho e renda;
- Transformar o Turismo em uma das maiores fontes de renda e trabalho;

AÇÕES PARA A INFRAESTRUTURA - CAPITAL

- 1.** Implantar Sistema Multimodal de Transporte para a cidade de Manaus, com alternativas de mobilidade urbana como Monotrilho ou Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), priorizando os eixos implantados ao longo dos igarapés, reduzindo os impactos de vizinhança. Utilizar todas as áreas remanescentes no entorno para valorizar as intervenções, com abertura de mais espaços públicos de convivência arborizados;
- 2.** Construir garagens subterrâneas, em avenidas e ruas com trânsito intenso, criando novos Bolsões de Estacionamento integrados com o sistema de transporte massivo da cidade;
- 3.** Modernizar o Roadway do Porto de Manaus, incluindo a urbanização da orla do Rio Negro, com o objetivo de fomentar negócios turísticos;
- 4.** Implantar a infraestrutura necessária para a instalação do Polo Naval, por meio de parceria público privada, prevendo a construção e manutenção de embarcações de apoio – como barcos regionais, esportivos, balsas, empuradores, ferryboats – e navios de passageiros;
- 5.** Implantar duas novas rodoviárias em pontos estratégicos (Avenida Torquato Tapajós e Cacau Pirera) da Região Metropolitana e dar nova utilização ao prédio da atual rodoviária de Manaus;
- 6.** Adequar o projeto de construção dos Anéis Viários Sul (8,3 km) e Leste (17,6 km), complementando o entorno de Manaus, favorecendo a normalização do fluxo de cargas;
- 7.** Realizar a ligação da Av. Max Teixeira à Av. do Turismo, bem como as demais ligações previstas no Plano de Diretrizes Viárias;
- 8.** Realizar a conectividade da Av. das Torres com as avenidas do Igarapé do 40 no PROSAMIN, ampliando sua importância no contexto da cidade e reduzindo os congestionamentos no Bairro do Coroado;
- 9.** Implantar Programa de Habitação para famílias de baixa renda, em parceria com as entidades representativas dos trabalhadores e governo federal;
- 10.** Estender a cobertura wifi no entorno dos prédios governamentais, otimizando a rede já instalada, estendendo a inclusão digital à sociedade, e criar novos sistemas de modais infoviários, para agilizar a transmissão de dados eletrônicos;
- 11.** Realizar a quarta fase do PROSAMIN, com o saneamento dos igarapés, articulando parcerias nacionais e internacionais.

AÇÕES PARA A INFRAESTRUTURA - INTERIOR

1. Atrair indústrias de transformação para o beneficiamento da silvinita, aproveitando o potencial das reservas de potássio de Nova Olinda do Norte, Itacoatiara e Autazes, maiores reservas do Brasil e do mundo;
2. Implantar infraestrutura aeroportuária de pequeno porte, incluindo a sinalização da pista e do pátio de estacionamento, em parceria com a INFRAERO e prefeituras. Implementar o Programa de Formação de Brigadas Especiais de Combate a Incêndios em Aeródromos (BECA);
3. Criar Polos de Desenvolvimento Econômico, com ênfase na geração de trabalho e renda, aproveitando a oferta de energia e comunicações gerada pelas infraestruturas do Linhão de Tucuruí (Telebras), do Gasoduto Coari-Manaus (Petrobras) e da BR-319 (Embratel), entre outras;
4. Implantar Projeto de urbanização no Cacau Pirêra, criando infraestrutura para o turismo, no contexto da Região Metropolitana;
5. Construir moradias para agricultores familiares, pescadores, trabalhadores e aposentados rurais, em parceria com o Ministério das Cidades;
6. Implantar o **Programa Pro-Comunidade** junto às populações ribeirinhas e agricultores familiares, com infraestrutura comunitária de energia, transporte, habitação, comunicação e saneamento. Fortalecer a organização social e o associativismo;
7. Elaborar o **Plano Multimodal** do Amazonas 2015-2025, visando ao acesso eficiente aos eixos de transporte hidroviário, rodoviário e aeroportuário, que permitirá a integração às principais rotas logísticas do Brasil e países fronteiriços;
8. Construir a rodovia de Axini (Borba) para Autazes, com estimativa de 38km;
9. Recuperar as estradas vicinais, asfaltando as principais vias e colocando piçarra nas demais.

AÇÕES PARA O TURISMO

- 1.** Implantar o Programa de Capacitação em Língua Estrangeira, voltado aos profissionais dos diversos segmentos do setor turístico, como garçons, taxistas, trabalhadores da rede hoteleira e outros;
- 2.** Atrair megaeventos nacionais e internacionais, bem como negócios turísticos, por meio do turismo de cruzeiros e de congressos e feiras;
- 3.** Modernizar o Porto de Manaus para receber com conforto e segurança navios de cruzeiro de longo curso;
- 4.** Modernizar o Porto de Parintins para atracação de navios de grande porte;
- 5.** Implantar terminais fluviais de passageiros para receber os viajantes embarcam/desembarcam do Interior;
- 6.** Implantar pista para pouso/decolagens alternativa ao Aeroporto Eduardo Gomes, estabelecendo-o como hub de passageiros, em parceria com INFRAERO;
- 7.** Criar incentivos e desoneração fiscal para produtos turísticos e ampliar o crédito para empreendimentos turísticos;
- 8.** Desenvolver o potencial turístico das áreas do PROSAMIM.

HABITAÇÃO



15

EDUARDO
BRAGA GOVERNADOR

REBECCA
GARCIA VICE

15. HABITAÇÃO

A habitação é o desejo de qualquer família, pois traduz a necessidade de proteção, privacidade, segurança e o anseio de um futuro melhor. A moradia é o bem mais precioso de uma família. Ter um endereço é uma questão de dignidade. Por isso, a moradia própria é uma questão de cidadania.

Nosso governo foi o que mais entregou moradias à população de baixa renda, às famílias que mais precisavam. Entre 2003 e 2009, foram mais de 30.000 unidades habitacionais.

Estudos da Fundação João Pinheiro (2014), em parceria com o IBGE e o Ministério das Cidades, apontam para um déficit habitacional de 193.910 moradias no Amazonas, sendo 105.587 em Manaus.

As condições atuais para atuar sobre esta questão são mais favoráveis, visto que o Governo Federal, já há algum tempo, disponibiliza um volume grande de recursos para investimentos em habitações, por meio do **Programa Minha Casa, Minha Vida**. Dessa forma, podemos projetar a construção de mais 60.000 moradias no próximo período de governo, na Capital e no Interior.

Outro ponto a se atacar é a deficiência da Infraestrutura de saneamento básico, tanto no que se refere à coleta e ao tratamento do esgoto, quanto à coleta e disposição final de resíduos sólidos e ao despejo de poluentes em rios e igarapés.

O **PROSAMIN** tem que voltar, trazendo um salto de qualidade nos ambientes urbanos do Estado do Amazonas e precisa ser retomado com força total.

Nossos programas habitacionais estarão integrados aos planos de transporte visando promover o crescimento harmônico da Capital com infraestrutura de serviços de qualidade, atendendo as classes trabalhadoras aproximando as pessoas, sempre que possível, aos seus locais de trabalho.

No Interior, os programas habitacionais precisam sinalizar a ocupação racional do solo urbano, facilitando acesso aos serviços públicos. Especialmente no Interior, o uso de geração de energia renovável, com destaque para a energia solar, passará a ser uma opção preferencial.

DIRETRIZES

- Direito à moradia digna como política primordial para famílias de baixa renda;
- As ações de habitação integradas com as de desenvolvimento urbano;
- Reduzir os déficits no atendimento de saneamento básico, tanto em Manaus como no Interior.

AÇÕES DE HABITAÇÃO

1. Entregar 60.000 novas moradias às famílias amazonenses ao longo dos quatro anos de governo, tanto na Capital como no Interior;
2. Retomar o **PROSAMIN** como prioridade de governo, construindo novas moradias e realizando o saneamento dos igarapés, por meio de parcerias nacionais e internacionais;
3. Implantar Programa de Habitação para famílias de baixa renda, em parceria com as entidades representativas dos trabalhadores e Governo Federal;
4. Construir moradias para agricultores familiares, pescadores, trabalhadores e aposentados rurais, em parceria com o Ministério das Cidades;
5. Implantar plano de ação para combater a deficiência da Infraestrutura de saneamento básico, tanto no que se refere à coleta e ao tratamento do esgoto, quanto à coleta e disposição final de resíduos sólidos e ao despejo de poluentes em rios e igarapés.

